

VOZES DA AMAZÔNIA

Diagnóstico Ambiental - Comunicação da
Amazônia Equatoriana, Brasileira e Colombiana





Este documento é o resultado do trabalho conjunto de diversas pessoas e organizações:

ALER - Associação Latino-Americana de Educação e Comunicação Popular
Angela Castellanos – Pesquisadora Associada
Hugo Ramírez – Coordenador das Redes Temáticas da ALER

CORAPE - Coordenador Mídia Comunitária Popular e Educacional do Equador
Jorge Guachamín – Secretário Executivo

Equipe de pesquisa

Patricio Cerón, Coordenador da Área de Treinamento e Projetos CORAPE
Liseth Zhuma, Técnica da Área de Treinamento e Projetos CORAPE
Wilson Tituaña, Coordenador da Área Administrativa da CORAPE (Economista)

Grupo COMUNICARTE - Colômbia

Alma D. Montoya Ch.
Equipe da Amazônia:
Danny Rocío Salamanca
Oscar Téllez Dulcey
Brayan Arismendy

Equipe de apoio – criadores audiovisuais:

Eliecer Pinto Dueñas
Jhon Cardoso

RNA – Rede de Notícias da Amazônia. Brasil

Edilberto Francisco Moura Sena-Presidente da Rede de Notícias da Amazônia
Joelma Viana dos Santos-Gestora e Tesoureira da RNA
Jéssica Santos de Oliveira-Produtora Executiva e Coordenadora de Projetos WACC no Brasil

Investigadores:

Daniela Paula Pantoja Silva- (Santarém-Pará)
Liege da Costa Ferreira- (Santarém-Pará)
Gabriela Silva Rocha- (Boa Vista-Roraima)
Valéria Cristine Silva Baldez (São Luís-Maranhão)
Fábio Pereira dos Santos (Tefé-Amazonas)

WACC:

Lorenzo Vargas
Gerente de Programa

Direitos da Creative Commons 2024- ALER e WACC

Design, layout e impressão:

VMC COMUNICAÇÃO

Fotos:

Imagens tiradas por equipes de pesquisa durante o processo de diagnóstico e do arquivo fotográfico de ALER.



VOZES DA AMAZÔNIA

Diagnóstico Ambiental – Comunicação da
Amazônia Equatoriana, Brasileira e Colombiana

Maio • 15 • 2024

**Sumário**

Prólogo	6
Projeto Vozes da Amazônia.....	8
Contexto	11
Geral do Diagnóstico	11
Marco Regulatório Ambiental e.....	18
Direitos dos Povos e Nacionalidades Indígenas.....	18
Passado e Presente	20
Socioambiental da Amazônia Equatoriana	20
Ecossistema da	25
Comunicação na Amazônia Equatoriana.....	25
Desafios da.....	30
Rádio Comunitária na Amazônia Equatoriana	30
A difícil equação:	34
Políticas Agrárias e Governança Indígena e Afro-Brasileira	34
Problemas Ambientais e Tensões Socioambientais	38
Mídia na.....	42
Amazônia brasileira	42
Esforços e.....	47
Riscos de Conservação da Biodiversidade	47
Problemas	49
Socioambientais	49
Rádios Comunitárias e	54
Estatais na Amazônia Colombiana	54
Conclusões.....	58
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	62



Os problemas de comunicação e informação constituem grandes barreiras à participação, uma vez que muitas comunidades desconhecem as novas políticas e carecem de plataformas para fazerem ouvir as suas vozes. Ouvimos também que muitos líderes políticos, apesar de estarem interessados numa maior participação comunitária, têm dificuldade para se comunicar com as comunidades locais devido à influência das elites locais interessadas em moldar as discussões políticas em seu próprio benefício, bem como devido a canais de comunicação fragmentados e quebrados entre comunidades e líderes políticos.



Prólogo

Tanto as sabedorias antigas como a ciência moderna dizem-nos que vivemos vidas interligadas. A terra, a água, as florestas, as plantas e os sistemas alimentares estão em constante diálogo entre si e precisam uns dos outros para existir e prosperar. Os seres humanos, em toda a nossa diversidade, fazem parte destes sistemas.

Poucos ecossistemas na Terra incorporam estas relações de interdependência tão claramente como a Amazônia. A floresta amazônica, uma enorme região que abrange nove países e abriga uma surpreendente diversidade de flora e fauna, fornece água e ar limpos a milhões de pessoas e animais, desempenha um papel central na regulação dos padrões climáticos em todo o mundo e é essencial na luta contra as alterações climáticas devido ao carbono que armazena.

Tragicamente, esta região está ameaçada. O desmatamento, a exploração mineira, a extração de petróleo, a agricultura e a pecuária em grande escala estão a colocar em risco a região, os seus habitantes e as suas culturas.

Do ponto de vista da WACC, esta situação não pode ser abordada a menos que as pessoas em toda a Amazônia, especialmente aquelas que foram historicamente marginalizadas e são mais afetadas pelos efeitos das alterações climáticas, sejam capazes de expressar as suas preocupações, soluções e visões de uma Amazônia sustentável. A incapacidade de ouvir as vozes locais - aquelas das pessoas que melhor conhecem os seus territórios e que muitas vezes estão na vanguarda da defesa dos recursos naturais vitais - resultará em políticas que reproduzem padrões de opressão e colonialismo e, em última análise, perderão a oportunidade de transformar a região positivamente em longo prazo.

Por estes motivos, a WACC orgulha-se de fazer parceria com a ALER, CORAPE, Grupo COMUNICARTE e RNA na publicação deste documento e na implementação do projeto Vozes da Amazônia. O documento destaca o papel das rádios comunitárias locais na criação de espaços de diálogo e debate em relação às políticas climáticas e ambientais.



Esta iniciativa está alinhada com a nossa posição de que comunicar a complexidade da emergência climática requer uma abordagem centrada nas pessoas para a sustentabilidade, resiliência e preparação. Permitir que as comunidades compartilhassem informações e conhecimentos permite-lhes iniciar o longo processo de adaptação e recuperação. Como tal, esperamos que este documento ajude a orientar o trabalho dos ativistas dos direitos ambientais e de comunicação em toda a região Amazônica na sua luta pela justiça climática. Não há justiça climática sem justiça comunicacional!

Philip Lee
Secretário Geral, WACC



Projeto Vozes da Amazônia

O projeto Vozes da Amazônia (2023-2025) busca fortalecer a comunicação local e as capacidades de defesa de direitos entre as comunidades de base nas regiões amazônicas do Brasil, Colômbia e Equador, com o objetivo de estabelecer, no longo prazo, uma rede de comunicadores locais que sejam capazes de empregar rádios comunitárias e plataformas digitais para apoiar a organização local e amplificar as vozes locais, inclusive nos processos de elaboração de políticas.

Pretende-se atingir estes objetivos através do envolvimento de múltiplos intervenientes locais. A coordenação geral da iniciativa é liderada pela WACC, organização internacional cujo objetivo é promover o direito à comunicação, e pela Associação Latino-Americana de Educação e Comunicação Popular ([ALER](#)), organização regional que há 50 anos está na vanguarda do movimento de rádios comunitárias em toda a América Latina e que há anos produz conteúdo sobre a Amazônia. No Equador, a WACC e a ALER trabalhariam com a Coordenadora de Mídia Comunitária, Popular e Educacional do Equador ([CORAPE](#)) e sua rede de seis (6) estações de rádio na região amazônica. No Brasil, a WACC e a ALER trabalhariam com a Rede Amazônica de Rádios ([RNA](#)), uma rede de rádios católica composta por 20 emissoras que transmitem em sete Estados (Pará, Amazonas, Roraima, Acre, Rondônia, Amapá e Maranhão). Na Colômbia, a WACC e a ALER colaborarão com [o Grupo COMUNICARTE](#), uma organização da sociedade civil com décadas de experiência em radiodifusão comunitária em todo o país, incluindo a Amazônia. O projeto conta com apoio financeiro do WACC e PWRDF-Canadá.

O projeto visa estabelecer um grupo central de 36 comunicadores ambientais locais pessoas (50% mulheres). Doze deles virão do Brasil, 12 da Colômbia e 12 do Equador. Em cada país, a WACC e a ALER trabalharão com seis (6) rádios comunitárias parceiras em cada um dos três países, com dois (2) comunicadores ambientais locais de cada rádio comunitária parceira.

No Brasil, as seis emissoras comunitárias participantes desta iniciativa são 1. Rádio Monte Roraima de Boa Vista (Roraima), Rádio Riomar de Manaus (Amazonas), Rádio Educadora de Parintins (Amazonas), Rádio educadora de Tefé (Amazonas), Rádio Educadora para Coari (AM) e Rádio comunitária de Borba (AM). Juntas, as emissoras têm um público estimado em 800 mil pessoas.



No Equador, as seis emissoras serão: Stereo Ideal (Napo), Puyo Rádio (Pastaza), Diario Digital Eco Amazónico (Pastaza), Sucumbios 105.3 (Sucumbios), Emisora La Voz del Upano (Morona Santiago), Rádio Integración (Zamora Chinchipe). Juntos, eles têm um público estimado em 380 mil pessoas.

Por fim, na Colômbia, as emissoras serão: Rádio Custodia Stereo (Guainía), Juventud Estéreo (Guaviare), Dignidad Estereo (Guaviare), Camaxagua Stereo (Meta) e Rádio Yurupari (Vaupés). Juntas, essas emissoras têm um público de 40 mil pessoas.

Além disso, o conteúdo é transmitido por emissoras aliadas na Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela, que juntas têm uma audiência estimada em cerca de 5.000.000 de pessoas. Esta iniciativa proposta reflete o compromisso de todas as organizações parceiras com a localização das políticas relacionadas com o clima e com uma abordagem de desenvolvimento orientada localmente, com base na convicção de que as comunidades de base devem estar no centro da mudança social. Esta abordagem está em linha com os Princípios de Istambul para a Eficácia do Desenvolvimento das Organizações da Sociedade Civil, que sublinham que a sociedade civil desempenha um papel fundamental nos processos de desenvolvimento. Em particular, procura apoiar as comunidades de base na sua luta pelo Bem Viver, um modelo de vida que protege os ecossistemas, gera meios de subsistência viáveis e promove uma vida digna para todos.



As comunidades de baixos rendimentos no Sul Global, incluindo os povos indígenas, os agricultores familiares, os pobres urbanos e as mulheres vulneráveis e rurais, estão a ser muito mais afetadas pelas alterações climáticas do que as pessoas que vivem em latitudes mais elevadas e em países mais industrializados.

Retirado do texto do diagnóstico





Contexto

Geral do Diagnóstico

O relatório de 2021 do Painel Intergovernamental das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas (IPCC) liga inequivocamente as alterações climáticas à atividade humana e prevê catástrofes naturais mais frequentes e graves nos próximos anos (IPCC 2021). Dada a atual trajetória das emissões e a falta de ação climática significativa, estamos no caminho certo para um aquecimento de 4°C até ao ano 2100. Como resultado, regiões inteiras de África, Austrália, Estados Unidos, América do Sul e Ásia seriam “inabitáveis pelo calor direto, desertificação e inundações” (Wallace-Wells 2020).¹

As comunidades de baixos rendimentos no Sul Global, incluindo os povos indígenas, os agricultores familiares, os pobres urbanos e as mulheres vulneráveis e rurais, estão a ser muito mais afetadas pelas alterações climáticas do que as pessoas que vivem em latitudes mais elevadas e em países mais industrializados. As mudanças nas áreas agrícolas, os padrões de precipitação imprevisíveis e a pressão sobre infraestruturas urbanas insuficientes, entre outros fatores, também serão mais pronunciados nos países do Sul Global. As alterações climáticas irão, portanto, “tornar ainda mais vulneráveis aqueles que já são mais vulneráveis, criando novos e únicos padrões de vulnerabilidade e desvantagem” (Schlosberg 2012).²

À medida que as alterações climáticas se intensificam, muitas comunidades sofrerão “perdas e danos”, uma vez que alguns impactos climáticos serão demasiado graves para as comunidades se adaptarem (Christian Aid 2022). Muitos serão forçados a deslocar-se à medida que ficam expostos aos efeitos das alterações climáticas, à subida do nível do mar, às secas extremas ou mesmo às fortes chuvas, todo isso previsto para que se tornar em uma norma. Os Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (PEID) são especialmente vulneráveis ao deslocamento induzido pelo clima e estão na linha da frente dos efeitos das alterações climáticas.

¹Wallace-Wells, David. La Tierra inhabitable: La vida después del calentamiento. Reimpresión,, Tim Duggan Books, 2020

²Schlossberg, David. Justicia climática y capacidades: Un marco para la política de adaptación. Ethics & International Affairs, vol. 26, não. 4, 2012, pp. 445-61.



No entanto, muitas das comunidades mais afetadas pelos efeitos das alterações climáticas são também as principais impulsionadoras dos movimentos ambientais e de justiça climática (Meynen 2020). Na verdade, as lutas locais para impedir novos projetos extrativos podem representar a nossa melhor esperança para reduzir as emissões, dada a incapacidade dos governos para fazer essa ação.

Tudo isto ocorre num contexto em que países de todo o mundo se esforçam por traduzir as políticas climáticas que apresentaram nos palcos internacionais em políticas ambientais locais viáveis, culturalmente sensíveis e eficazes. A presença dos povos indígenas em eventos internacionais já ganhou voz e voto nos acordos em que estão envolvidos.

No último Congresso da União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN), em 2021, foi aprovado um acordo que previa a proteção de 80% da floresta amazônica até 2025, proposta que surgiu de ativistas de base da Coordenadora de Assuntos Indígenas. Organizações da Bacia Amazônica (COICA). E na COP 26, em Glasgow, um dos compromissos mais importantes assumidos, e apoiados por 141 países, foi parar e reverter a desmatamento e a degradação do solo até ao ano 2030. Para atingir este objetivo, foram atribuídos cerca de 18 mil milhões de dólares, incluindo 1,7 milhões de dólares para apoiar o manejo florestal pelos povos indígenas.

Além disso, pelo menos desde 2007, a comunidade internacional tem reconhecido o papel crítico do conhecimento ecológico tradicional e indígena (TEK) na ajuda às comunidades locais na adaptação aos efeitos das alterações climáticas (IPCC 2007). Existe um consenso quase universal nos círculos climáticos de que, “em meio à rápida globalização, as comunidades indígenas demonstraram a sua capacidade persistente de conservar os serviços dos ecossistemas e co-evoluir com o mundo natural” (Hosen et al. 2020) devido ao conhecimento detalhado do ambiente local que muitos povos e base e indígenas têm.

Este conhecimento e observação das mudanças a nível local permitem a adaptação em termos de gestão de terras e recursos. Por sua vez, as práticas sociais e as relações comunitárias permitem esta adaptação. As crenças tradicionais e os sistemas culturais e espirituais sustentam estas práticas (Hosen et al. 2020). Foi demonstrado que o conhecimento tradicional desempenha um papel importante na proteção dos recursos naturais, na promoção da resiliência comunitária, na melhoria da eficácia e da legitimidade local das políticas climáticas e no fortalecimento da governação local (Lee e Vargas 2022).



No entanto, ainda há um longo caminho a percorrer até que o conhecimento tradicional seja totalmente integrado na política climática, sobretudo devido à dificuldade de criar um diálogo viável entre diferentes sistemas de conhecimento.

Neste contexto, os meios de comunicação comunitários podem desempenhar um papel importante ao levar as políticas climáticas ao nível local e amplificar as vozes dos detentores de conhecimentos tradicionais. Por exemplo, podem desempenhar um papel fundamental na informação das comunidades nas suas próprias línguas, proporcionando plataformas de diálogo com os líderes políticos e outros intervenientes, ajudando a criar um entendimento comum em torno do TEK e contribuindo para a resolução de conflitos ambientais.

Contudo, as comunidades de base na Amazônia têm pouco acesso a informações sobre políticas ambientais devido à escassez de mídia local; acesso limitado à energia eléctrica, barreiras linguísticas, analfabetismo digital, má preparação dos comunicadores presentes na região e pouca divulgação das questões ambientais nos meios de comunicação social, em parte devido aos riscos mortais envolvidos na apresentação de denúncias.

Estes problemas são sintomáticos das numerosas barreiras económicas, institucionais e políticas que impedem os membros das comunidades indígenas, rurais e urbanas marginalizadas, incluindo mulheres e crianças vulneráveis, de exercerem plenamente os seus direitos. Neste contexto, a promoção dos direitos de comunicação é essencial para abordar a justiça climática. Estes direitos visam essencialmente exigir a democratização dos meios, da comunicação e dos sistemas de informação em todo o mundo.

Em resposta, muitos grupos de base “tomaram os meios de comunicação nas suas próprias mãos [para] desenvolver as suas próprias narrativas” através dos meios de comunicação comunitários e utilizaram os meios de comunicação social para organização política e divulgação de informação (Roosvall e Tegelberg 2018). Muitos desses esforços foram frutíferos.



Um exemplo é o papel fundamental que a rádio comunitária tem desempenhado ao permitir que as comunidades do Vale de Choapa, no norte do Chile, contrariem as narrativas dominantes sobre o impacto da mineração nas suas comunidades, bem como permitindo que se organizarem para a mudança (Palma e Alcaíno 2020).

Nos Estados Unidos e no Canadá, ativistas indígenas dos movimentos Idle no More, Unist'ot'en Camp e Standing Rock empregaram com sucesso a mídia digital e analógica para organizar e articular uma narrativa que foi além de dizer “não” ao extrativismo e que, de fato, propôs paradigmas de desenvolvimento alternativos baseados em conhecimentos, protocolos e práticas indígenas de longa data (Kidd 2020).

Na Argentina e no Equador, os ativistas da mídia que trabalham para proteger as terras indígenas têm desempenhado um papel fundamental no preenchimento de lacunas de informação local, promovendo a participação e a coesão comunitária; bem como promover alternativas ao desenvolvimento extrativo e até servir como forma de proteção para ativistas que enfrentam a repressão policial (Segall 2021; Serafini, 2019; Coryat, 2017).

O Acordo Regional sobre Acesso à Informação, Participação Pública e Acesso à Justiça em Questões Ambientais na América Latina e no Caribe (Acordo de Escazú) é uma ferramenta poderosa para garantir a implementação plena e eficaz dos direitos humanos na região e participação pública nos processos de tomada de decisões ambientais.

Além disso, a Conferência Mundial das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas COP 30, que acontecerá em 2025 na cidade amazônica de Belém do Pará, Brasil, é oferecida como uma oportunidade para os povos indígenas e comunicadores locais unirem forças para garantir o acesso à informação e o direito à comunicação das comunidades amazônicas.

É, portanto, necessário ter um ecossistema de comunicação multilíngue e multimodal para reforçar o direito à comunicação e à informação verdadeira e oportuna sobre questões ambientais locais e regionais. Iniciativas nesse sentido já estão surgindo. Um deles é o “Vozes Climáticas”, canal do Spotify com podcasts que “busca a divulgação científica para alcançar mudanças e soluções no âmbito da ação climática na América Latina, além de dar



voz àqueles que fizeram uma mudança em suas vidas e nas comunidades”.³ Com linguagem audiovisual, Latinclima – Rede de Comunicação sobre Mudanças Climáticas, disponibiliza um canal no YouTube⁴ com vídeos educativos, mas também informativos e informativos.

E no formato textual-gráfico destaca-se o Infoamazonia⁵, cujo portal revela relatórios geolocalizados a partir de pesquisas e cruzamentos de bases de dados; e o jornal colombiano El Espectador, cuja seção “Amazonas” realiza reportagens investigativas aprofundadas⁶. Além disso, nos territórios, as rádios comunitárias transmitem a partir de centros povoados da Amazônia, apesar dos enormes desafios, riscos e limitações, que serão apresentados neste diagnóstico.

A UNESCO juntou-se a este propósito, dedicando o Dia Internacional da Liberdade de Expressão em 2024 à importância do jornalismo no contexto da crise ambiental planetária.

Neste contexto, os parceiros deste projeto consideram que a adoção de uma abordagem baseada no direito de comunicar conhecimentos ambientais ancestrais é essencial para ajudar a avançar na adaptação à crise climática. Acreditamos que, a menos que as pessoas que lideram a luta contra a crise climática no terreno, como os povos indígenas e outras comunidades vulneráveis, possam ter as suas histórias ouvidas e os seus conhecimentos incorporados nas políticas públicas, e a menos que tenham as ferramentas de comunicação e as competências necessárias para amplificar as suas vozes, será muito difícil gerar a vontade política a nível nacional e internacional que se traduza em ações eficientes para enfrentar esta crise.

Por isso, os parceiros deste projeto têm o prazer de apresentar este diagnóstico, realizado no Brasil, na Colômbia e no Equador, que espera destacar a importância de compreender o direito à comunicação como um pilar da justiça climática. Em particular, o diagnóstico, que foi financiado pelo PWRDF-Canadá, procura lançar luz sobre os fatores que contribuem para a degradação da Amazônia e como esses fatores se relacionam com o ecossistema de comunicação e informação em nível local de algumas comunidades na Amazônia.

³ <https://open.spotify.com/show/3u874rP6rrO4Igs5AWrD6z>

⁴ <https://www.youtube.com/channel/UCgx-qf1SorhyEAuQJEhzM4Q>

⁵ <https://infoamazonia.org/es/>

⁶ <https://www.elespectador.com/ambiente/amazonas/>



Os parceiros deste projeto ALER, CORAPE, grupo COMUNICARTE, RNA e WACC consideram que existe uma forte ligação entre a comunicação e as questões ambientais, incluindo as alterações climáticas. A nossa resposta coletiva como família humana às muitas ameaças colocadas pela crise climática depende, em parte, da medida em que as questões relacionadas com o clima recebem a atenção do público, especialmente no que diz respeito ao conteúdo dos meios de comunicação, o que pode ter um efeito de repercussão em termos de mobilização pública e mudança política. Além disso, como os efeitos das alterações climáticas têm um impacto desproporcional nas pessoas e comunidades vulneráveis, a WACC acredita que é fundamental permitir que estas comunidades contem as suas histórias, organizem-se para enfrentar as alterações climáticas e promovam as suas próprias soluções para a crise climática.

EQUADOR

“A consulta prévia, livre e informada deve ser considerada como um mecanismo de diálogo intercultural, um meio pelo qual os direitos coletivos dos povos e nacionalidades são garantidos, onde podem ser alcançados acordos e consensos que permitem a realização de um projeto...”

(WWF, 2024, p. 18).





Marco Regulatório Ambiental e Direitos dos Povos e Nacionalidades Indígenas

Com 48% de seu território localizado na Amazônia, o Equador consagra em sua Constituição Política o direito de toda pessoa viver em um ambiente saudável e ecologicamente equilibrado (Art. 14), e o poder do Estado de aplicar medidas cautelares e restrições sobre atividades que possam levar à extinção de espécies, à destruição de ecossistemas ou à alteração permanente dos ciclos naturais (art. 73). A defesa da natureza é função do Estado equatoriano tanto para prevenir impactos ambientais negativos (art. 396), quanto para atuar subsidiariamente para garantir a saúde e a restauração dos ecossistemas em caso de danos ao meio ambiente (art. 397).

Os projetos de médio e alto impacto, como as atividades extrativas, devem ter licença ambiental emitida pelo Ministério do Ambiente e Águas. Quando tais atividades se destinarem a ser desenvolvidas em territórios com população indígena, o Ministério de Energia e Recursos Naturais Não Renováveis deverá realizar um processo de “consulta prévia, livre e informada” aos referidos povos e nacionalidades indígenas antes do início dos planos e programas de prospecção, exploração e comercialização de recursos não renováveis.

Também é estabelecida a consulta prévia à adoção de leis que possam afetar ambiental ou culturalmente os povos indígenas (Art. 57, parágrafo 17). Além disso, o Equador faz parte de instrumentos internacionais como a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), a Declaração das Nações Unidas sobre os direitos dos povos indígenas e a Declaração Americana sobre os direitos dos povos indígenas.

As primeiras explorações para extração de petróleo na Amazônia equatoriana datam da década de 1960. Hoje, as extensas jazidas de ouro negro descobertas em 2007 fazem do petróleo o principal produto não renovável da Amazônia. No entanto, os processos de “consulta prévia, livre e informada” não têm tido tanto sucesso como as explorações, segundo organizações internacionais.



A Anistia Internacional em seu relatório “A Amazônia em Perigo” ⁷ afirma que, “Embora o direito ao consentimento livre, prévio e informado dos povos indígenas seja reconhecido no artigo 57 da Constituição do Equador e nos instrumentos internacionais ratificados por este país, não existe legislação adequada para garantir isso de acordo com os padrões internacionais”.

A “Análise de Estudos de Impacto Ambiental, Participação Cidadã e Consulta Prévia no Equador” do World Wildlife Fund, WWF, coincide com a Anistia Internacional. “Não existe uma regulamentação secundária que regule a consulta prévia, livre e informada, razão pela qual ocorrem violações deste direito, em resposta às quais os povos e nacionalidades indígenas podem apresentar ações judiciais para garantir e proteger seus direitos coletivos, como as ações de proteção ”.⁸

O relatório da Amnistia Internacional indica que, “Em 2018, o povo A'i Cofán de Sinangoe intentou uma ação judicial contra o Estado equatoriano por ter concedido 20 concessões mineiras e processado outras 32, violando assim os seus direitos ao consentimento livre, prévio e informado. ao ambiente saudável e a água, entre outras coisas”. A decisão de primeira instância, proferida em agosto de 2018, reconheceu “que houve contaminação nas águas dos rios que fazem parte do território da comunidade de Sinangoe”.

Além disso, a decisão de segunda instância, de novembro do mesmo ano, determinou que as concessões concedidas ficassem sem efeitos jurídicos e que as que estavam pendentes fossem suspensas definitivamente. Em 2019, o Tribunal Constitucional decidiu analisar o caso para estabelecer jurisprudência a este respeito. Em 27 de janeiro de 2022, o Tribunal Constitucional emitiu uma decisão confirmando a violação dos “direitos à consulta prévia, à natureza, à água, ao ambiente saudável, à cultura e ao território da comunidade A'i Cofán de Sinangoe, e também ordenou medidas de reparação integral”.⁹

⁷Amnistia Internacional: Informações para a 41ª sessão do Grupo de Trabalho sobre a Revisão Periódica Universal, novembro de 2022. Obtido em <https://www.amnesty.org/en/documents/amr28/5384/2022/en/>

⁸WWF. (3 de abril de 2024). Análise de Estudos de Impacto Ambiental, Participação Cidadã e Consulta Prévia no Equador. Página 16. Obtido em <https://www.wwf.org.ec/?uNewsID=382310>

⁹Amnistia Internacional: Informações para a 41ª sessão do Grupo de Trabalho sobre a Revisão Periódica Universal, novembro de 2022. Obtido em <https://www.amnesty.org/en/documents/amr28/5384/2022/en/> .
Números 31, 32 e 33



O estudo do WWF enfatiza que a consulta prévia deve levar em conta a identidade cultural dos povos indígenas e cita o caso em que o Tribunal Provincial de Justiça de Pastaza reconheceu que foi realizado um processo de consulta, mas que não levaram em conta os aspectos fundamentais dos direitos dos povos e nacionalidades indígenas.

“A consulta prévia, livre e informada deve ser considerada como um mecanismo de diálogo intercultural, um meio pelo qual os direitos coletivos dos povos e nacionalidades são garantidos, onde podem ser alcançados acordos e consensos que permitam a realização de um projeto; Isto implica um diálogo e negociação permanente entre as partes que permitam aos povos e nacionalidades indígenas influenciar a tomada de decisões e dar lugar à formulação de políticas públicas, legislação e gerar mudanças nas regulamentações” (WWF, 2024, p. 18).

O estudo conclui que, assim como acontece com a consulta prévia, o processo de regularização ambiental dos projetos de infraestrutura e da indústria extrativa carece de regulamentação específica que aborde questões relacionadas aos povos e nacionalidades indígenas de forma particular, uma vez que nem todas as regulamentações podem ser aplicadas de forma geral.

Passado e Presente Socioambiental da Amazônia Equatoriana

A região amazônica equatoriana está dividida em seis províncias (Napo, Sucumbíos, Orellana, Pastaza, Morona Santiago e Zamora Chinchipe), com ligação aos territórios andinos equatorianos e próximos dos nós políticos e administrativos centrais a nível nacional e regional.

Historicamente, os ciclos de expansão e recessão da economia extrativa determinaram as lutas pela terra na região amazônica do Equador. Erazo explica que a procura por produtos como o ouro e a borracha condicionou o interesse do governo central na gestão fundiária da região até ao início do século XX. “Durante estes períodos de prosperidade, o interesse do centro político em controlar a região disparou. Entre eles, a região voltou à marginalidade e os residentes indígenas desfrutaram de um nível relativamente elevado de autonomia” (Taylor 1994 em Erazo 2011, p. 423). Os missionários católicos



desempenharam um papel central no período, tentando regular o uso das terras agrícolas e promover o assentamento permanente. Contudo, a maioria “dos nativos nunca aceitou o domínio das autoridades civis e dos missionários jesuítas. Em vez disso, a maioria interagia com eles de forma intermitente para facilitar o acesso a bens como fósforos, sal e tecidos. Até meados do século XX, a maior parte da população nativa da região alternava entre pelo menos duas residências: uma localizada relativamente próxima ao centro da missão e outra localizada na mata, onde a caça era melhor”. (Erazo 2011, pág. 423).

Esta dinâmica começou a mudar quando o governo central tentou estabelecer e afirmar a sua soberania sobre a região amazônica na década de 1960. Isto ocorreu após o colapso do comércio global de borracha e o surgimento da pecuária como alternativa econômica, e no contexto da iniciativa Aliança para o Progresso dos Estados Unidos, que procurava desencorajar a organização comunista. O governo incentivou os agricultores da região andina a se mudarem para a Amazônia e criou incentivos para que os povos indígenas estabelecessem associações indígenas para obter títulos de propriedade sob a figura de terras coletivas ou comunais. Isto deu origem à criação das primeiras organizações indígenas modernas no país e a uma cultura de organização coletiva entre os povos indígenas, que procurava evitar que uma parte excessiva das terras fosse ocupada por camponeses andinos.

Uma das consequências desta evolução foi que muitas organizações indígenas começaram a assumir responsabilidades semelhantes às do Estado, como planejar e construir estradas, criar novos mecanismos de regulação laboral e desempenhar o “papel de urbanistas”. As agências de desenvolvimento estatais e internacionais também foram atores centrais como financiadores e supervisores de projetos de extensão agrícola e de infraestruturas. Entre outras coisas, esta evolução “permitiu o surgimento de um novo tipo de líder, que não era respeitado pelos seus poderes xamânicos, mas pelas suas capacidades para se comunicar com os funcionários do Estado e compreender os processos burocráticos” (Erazo 2011, pg. 424-426).

Estes novos arranjos representaram uma “mudança dramática em relação aos hábitos anteriores de residência e trabalho baseados na família patrilinear” (Erazo 2011, p. 429). O que deu origem a muitas tensões dentro das organizações indígenas sobre o exercício do poder político, o acesso a terra, as expectativas internas de reciprocidade em termos de



trabalho e as relações com agentes externos. “Os membros resistiram a estas tentativas de padronização e à presença crescente de agentes estatais, que monitorizavam as atividades dos membros e geriam os gastos de dólares estatais em projetos de extensão agrícola e infraestruturas.” (Erazo 2011, pág. 431).

Mesmo assim, o novo modelo de organização dos povos indígenas em entidades formais de posse da terra revelou-se transformador. “Apesar desta resistência, ninguém poderia negar os benefícios tangíveis que surgiram desde a formação da cooperativa. Os recursos disponibilizados pelo Estado e por diversas organizações internacionais de desenvolvimento foram importantes para promover a legitimidade do projeto coletivista e dos líderes que o defenderam” (Erazo 2011, p. 431).

Nas décadas de 1980 e 1990, quando a crise da dívida deu lugar à austeridade neoliberal e ao ajustamento estrutural, o espírito de organização coletiva que emergiu das organizações indígenas permaneceu forte, mesmo com o enfraquecimento das próprias organizações de proprietários de terras indígenas. Por exemplo, embora a pecuária coletiva e a produção agrícola tenham deixado de ser lucrativas e muitos povos indígenas tenham começado a cultivar culturas comerciais e a viver sob as regras da propriedade privada, os povos indígenas continuaram a desempenhar um papel importante na gestão da terra, e também conseguiram manter quantidades substanciais de terras em mãos indígenas (Erazo 2011, página 437).

Nos últimos anos, “o governo equatoriano concedeu milhões de hectares a organizações indígenas sem exigir adesão ao modelo cooperativo, participação coletiva em atividades orientadas para o mercado em geral, ou certas atividades agrícolas” (Erazo 2011, p. 438). Este avanço, que se baseia em décadas de organização em torno da propriedade coletiva da terra na Amazônia, “contradiz qualquer dicotomia simplista entre Estados e povos indígenas”, ao demonstrar a viabilidade de modelos de governança fundiária liderados pelos povos indígenas, razão pela qual “desafia teorias que colocam o Estado como principal árbitro das relações humano-ambientais” (Erazo 2011, p. 438).

Atualmente, o regime fundiário do Equador inclui territórios indígenas, terras comunais, terras privadas e terras públicas (Eloiza et al. 2017, p. 22). Contudo, as comunidades que procuram reivindicar títulos de propriedade e utilizar a terra para os seus fins enfrentam conflitos entre si e com interesses privados.



O reconhecimento da natureza como sujeito de direitos na Constituição equatoriana de 2008 gerou conflitos pela propriedade da terra e tensões entre agricultores e autoridades estatais, que buscam proteger ecossistemas ambientalmente sensíveis (Eloiza et al. 2017, pg. 21).

“No Equador, a produção de óleo de palma, café, cacau, cana e laticínios são as principais ameaças à floresta... De 2001 a 2018, 4.290 quilômetros quadrados da Amazônia foram desmatados neste país, com pico em 2017, quando a área devastada ultrapassou 630 km². Líderes comunitários da região denunciaram que «não há incentivos para conservar a floresta e que, diante da necessidade, dezenas de agricultores optaram por vender suas terras aos produtores de palma»¹⁰. (DWA, pág. 30).

Entre os programas de redução do desmatamento promovidos pelo governo do Equador, destaca-se o projeto Gestão de Paisagens de Múltiplo Uso e Alto Valor de Conservação para o Desenvolvimento Sustentável da Região Amazônica Equatoriana (2016), promovido pelo Ministério do Meio Ambiente e pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). A iniciativa procura vincular o esforço nacional para reduzir as emissões de gases de efeito estufa com as políticas dos setores produtivos (DWA pág.36).

O modelo de desenvolvimento baseado na extração de petróleo promovido pelo Estado equatoriano durante décadas causou a contaminação (muitas vezes irreversível) de fontes de água e a destruição da flora e da fauna, com consequentes efeitos na saúde e nos meios de subsistência da população. “Vários estudos epidemiológicos sugeriram uma associação entre contaminantes químicos com níveis superiores aos permitidos na água para consumo humano (ACH) e a maior probabilidade de desenvolver algum tipo de câncer” (Oller-Arlandis e Sanz-Valero 2012). Em 2016, o câncer foi a principal causa de morte em menores e adultos, afetando 32% da população (INREDH, 2016).

Entre 2001 e 2020, na bacia amazônica, que também abrange parte da região andina, constituindo mais da metade do Equador continental, foram desmatados 623.509 hectares, segundo dados do MaapBiomás. E de 2012 a 2022 ocorreram 1.584 derrames,

¹⁰ DW Akademie -Amazônia – Amazonia – El desafío de comunicar la diversidad. 2020
<https://www.dw.com/es/amazonia-el-desaf%C3%ADo-de-comunicar-la-diversidad-los-casos-de-colombia-ecuador-y-per%C3%BA/a -54899 438>



principalmente por falta de manutenção dos oleodutos, segundo o Ministério do Ambiente, Águas e Transição Ecológica (MAATE). O que equivale a 12,6 derramamentos por mês.

Apesar destes efeitos, a política governamental continua a promover os processos extrativos, incluindo a mineração em grande escala, sob o argumento do “desenvolvimento económico” e como uma estratégia de reativação económica pós-pandemia.

As comunidades da Amazônia equatoriana reagiram a esses desafios criando e fortalecendo redes para promover diferentes iniciativas de justiça social e ambiental. Uma delas é a Confederação de Nacionalidades Indígenas do Equador (CONAIE), que se destaca pela capacidade de mobilização social e por gerar propostas e ações políticas como as 268 anistias para povos indígenas e ativistas que participam de protestos sociais e na defesa dos direitos da natureza, que foram aceitos pela Assembleia Nacional do Equador em março de 2022. Isto, no contexto das contínuas ameaça a ativistas ambientais e assassinatos de líderes na Amazônia e no resto do país (Mongabay, 2022).

Destaca-se também a decisão judicial que ordenou à petrolífera estatal Petroecuador que apagasse 112 “isqueiros” (ou tochas de campos petrolíferos) que estavam localizados perto de centros populacionais nas províncias de Orellana e Sucumbíos. A ação, movida pelas filhas de famílias afetadas por doenças catastróficas, abriu um debate público sobre a responsabilidade das petrolíferas e as garantias que o Estado equatoriano concede às pessoas afetadas por impactos socioambientais.

De acordo com o Diagnóstico Comunicacional-Ambiental da Amazônia Equatoriana, realizado pela CORAPE, o delegado provincial da Ouvidoria do Napo, Andrés Rojas, considera que apesar das políticas públicas estabelecidas, são concedidas autorizações e licenças para atividades de mineração legais aplicando regulamentos e reformas anteriores, em que a regulamentação deste tipo de atividades não é especificada. Além disso, garante que as políticas públicas ambientais existentes não estão sendo aplicadas ou não estão recebendo o devido acompanhamento para seu cumprimento.

No entanto, para alguns funcionários e políticos entrevistados pelo CORAPE, a comunidade não está suficientemente informada ou oportuna para garantir a sua



participação nas políticas ambientais da Amazônia. Sandra Rueda, deputada eleita pela província de Napo, menciona que a comunidade não sabe quando e onde são realizadas as assembleias de participação para a construção de políticas públicas; e María Godoy, Diretora de Gestão Ambiental do Governo Autónomo Descentralizado Municipal de Zamora, assegura que deve estar atualizado e trabalhar em conjunto com a comunidade para reconhecer as suas necessidades e propostas, porque só estão a trabalhar no que já foi proposto no Desenvolvimento Plano e Ordenamento Territorial (PDOT).

De acordo com o relatório da Aliança pelos Direitos Humanos, o impacto é aprofundado nas “populações vulneráveis” que têm sido historicamente discriminadas, como os povos e nacionalidades indígenas e afrodescendentes. Eles, diz o relatório, “recebem ataques para dissuadi-los do seu papel na defesa e proteção dos seus territórios, autonomia e identidade” (Alianza DDHH, 2021).

Neste panorama, o governo do Equador está implementando o Acordo de Escazú, que ratificou em 2021, por meio do programa Equador Sincero e que conta com o apoio e participação da sociedade civil, da academia e da Cooperação Alemã GIZ. Os jornalistas e comunicadores têm neste Tratado regional um instrumento para exigir e garantir o direito à informação, à participação cidadã e ao acesso à justiça em questões ambientais.

Ecossistema da Comunicação na Amazônia Equatoriana

A voz das comunidades locais afetadas pela poluição resultante das atividades extrativistas recebe projeção na mídia alternativa e comunitária no Equador. “A Rádio Sucumbíos, uma das estações comunitárias da região, informa regularmente sobre os conflitos com as companhias petrolíferas” (DWA pág. 32). “Para os ativistas comunitários, a Rádio Sucumbíos é um meio muito importante porque sempre que há reuniões de consulta com as petrolíferas, elas convidam a estação para registrar o que está a acontecer. Quando as petrolíferas não cumprem os acordos, as denúncias são divulgadas através da Rádio Sucumbíos” (DWA pg.44).



O fornecimento de energia elétrica na Amazônia equatoriana é basicamente limitado aos centros povoados, portanto o sinal de celular e internet são limitados a esses centros. Consequentemente, o rádio acaba sendo o meio de comunicação mais abrangente. Portanto, há um importante desenvolvimento radiofônico em nível étnico, que está representado na Rede Intercultural de Rádios Amazônicas (RIAR), composta por cinco emissoras amazônicas (Rádio Sucumbíos, Rádio Voz de Zamora, Rádio Voz del Upano, Rádio Estéreo Ideal e Rádio Interoceânica Rádio). Através do trabalho em rede, a RIAR procura fortalecer as comunidades indígenas, a sua cultura e perspectiva, para que possam participar nos processos de desenvolvimento local e regional. Esta rede realiza um trabalho muito valorizado pelas comunidades indígenas, pois lhes permite acessar informações em suas línguas nativas e conteúdos que refletem o contexto de suas localidades.

Em colaboração com a RIAR opera o CORAPE, que reúne 35 emissoras comunitárias em todo o Equador. Estas rádios floresceram sob a proteção da Lei Orgânica da Comunicação Social promulgada no governo de Rafael Correa (2007-2017) e alterada pelo governante seguinte. “Durante o mandato de Correa, quatorze comunidades indígenas, dez delas na Amazônia, receberam licenças de radiodifusão, bem como equipamentos técnicos que incluíam antenas e transmissores. A medida fazia parte de uma campanha governamental para fortalecer o direito constitucional dos povos indígenas à comunicação livre e intercultural. No longo prazo, porém, a falta de programas de formação para os responsáveis por estes novos meios de comunicação dificultou a sua sustentabilidade. No momento desta pesquisa (2020), apenas cinco das novas estações indígenas na Amazônia ainda estavam em operação. A maioria dos outros meios de comunicação local da região pertence a igrejas neopentecostais. Em 2020, o governo iniciou um processo de licitação de frequências para estações comunitárias. No entanto, o elevado custo de manutenção e a falta de financiamento significam que a maioria das estações de rádio comunitária só pode funcionar de forma muito precária” (DWA pág. 44 e 45).

Segundo o relatório da DW-Akademie, existem iniciativas de comunicação tecnológica na Amazônia equatoriana baseadas em drones, GPS e câmeras fotográficas para coletar informações ambientais e depois divulgá-las através das redes sociais. Através desta estratégia pressionaram o Estado a tomar medidas para proteger o seu território. Outra iniciativa é a desenvolvida pela Confederação das Nacionalidades Indígenas da Amazônia Equatoriana, CONFENIAE, que fornece às nacionalidades amazônicas informações



relacionadas às atividades do movimento indígena a partir de sua rede de repórteres comunitários, e que divulga através de redes sociais e sua rádio on-line.

A CORAPE realizou pesquisas sobre os desafios da comunicação sobre questões ambientais nas seis províncias da Amazônia equatoriana por meio de 58 pesquisas administradas as representantes de diferentes organizações sociais, povos e nacionalidades indígenas e meios de comunicação; bem como entrevistas individuais com oito representantes de instituições estatais envolvidas na implementação de políticas ambientais no território amazônico equatoriano.

Para coletar informações, a equipe de pesquisa viajou para as capitais das províncias da Amazônia, detalhadas na tabela a seguir:

PROVÍNCIA	CAPITAL PROVINCIAL
Morona Santiago	Macas
Napo	Tena
Orellana	Francisco de Orellana
Pastaza	Puyo
Sucumbíos	Lago Ágrio
Zamora Chinchipe	Zamora

As principais causas dos problemas ambientais em cada província da Amazônia equatoriana identificadas pelos entrevistados foram: nas províncias de Sucumbíos e Francisco de Orellana, a exploração petrolífera. Na zona central da Amazônia, na província de Napo, os principais problemas mencionados foram a mineração, a exploração petrolífera, o desmatamento e a poluição. Enquanto, na província de Pastaza, as respostas apontam para o desmatamento, a exploração petrolífera e a poluição. Nas províncias de Morona Santiago, os principais problemas mencionados foram a mineração, a construção de obras públicas, como hidroelétricas, a expansão da pecuária e o desmatamento. E finalmente em Zamora Chinchipe apontaram a expansão mineira e pecuária como as principais causas dos danos ambientais.

A pesquisa aplicada questionou sobre o tipo de efeitos e consequências dos problemas ambientais. As respostas foram: poluição ambiental (32,76%), conflito entre comunidades (10,34%) e mudança de costumes e perda de ancestralidade (10,34%). Outras consequências não menos importantes mencionadas foram: violência de gênero (6,90%); perseguições e ameaças a lideranças (6,90%); alcoolismo e dependência de drogas (6,90%); e efeitos na saúde da população impactada (6,90%).



As pessoas entrevistadas no estudo consideraram importante que a população possa ser capacitada sobre os problemas ambientais e espaços de participação para exigir o cumprimento das regulamentações e o respeito aos direitos da natureza. Além disso, destacaram o uso da mídia como ferramenta de socialização e conscientização sobre as questões ambientais que os afetam.

Das informações recolhidas, afirma o CORAPE, fica evidente que os jovens, tanto urbanos como rurais, promovem campanhas de limpeza e sensibilização sobre o desmatamento, a mineração e a poluição dos rios. Campanhas que são acompanhadas por alguns meios de comunicação. A Rádio Puyo mantém um programa de solo, água e sementes para tratar de questões ambientais. Além disso, possui um departamento jurídico que assessora os territórios e comunidades que enfrentam esses processos contra a mineração.

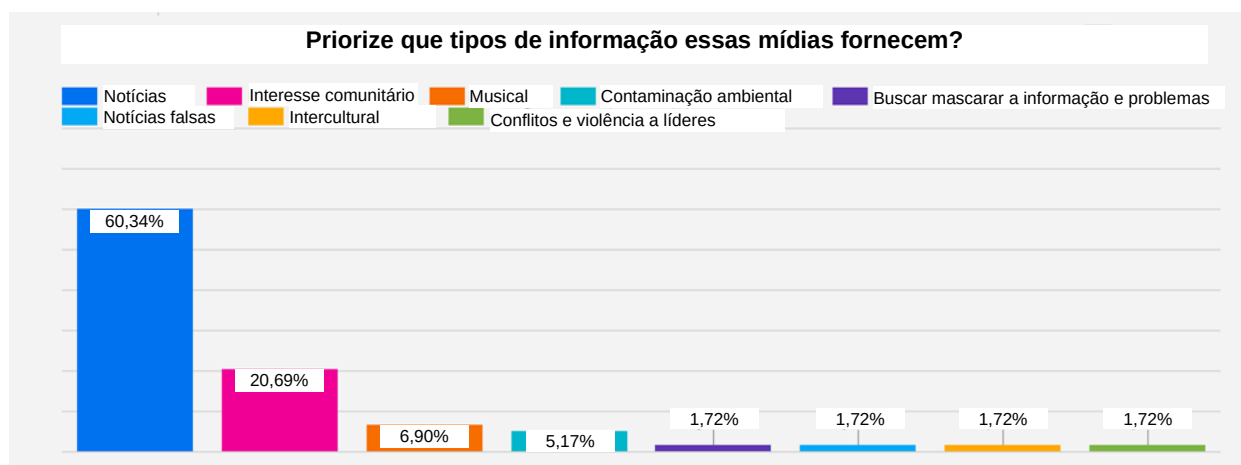
Nos territórios amazônicos, as rádios comunitárias e privadas são os meios predominantes de acesso à informação, por isso o fortalecimento deste meio de comunicação é essencial para a participação comunitária na construção da agenda ambiental. O inquérito CORAPE concluiu que, do espectro radioelétrico, os meios de comunicação privados são os mais ouvidos (43,10%), seguidos de perto pelos meios de comunicação comunitários (41,38%) e, de longe, pelos meios de comunicação públicos (15,52%). Outros meios de comunicação utilizados na Amazônia para acesso à informação são televisão (17,24%), meios digitais (13,79%), mensagens instantâneas (WhatsApp, Telegram, Messenger) com 8,62%; e imprensa com apenas 3,45%. A pesquisa também identificou uma relação entre as mídias mais ouvidas por tipo de público. Os adultos preferem ouvir rádio, enquanto os jovens preferem utilizar as redes sociais para aceder e partilhar informação.

Quanto aos idiomas em que a informação é transmitida, obtiveram-se os seguintes resultados: o espanhol, com 69,14%, desempenha um papel de destaque na programação veiculada por estes meios de comunicação. Outras línguas que utilizam mídias amazônicas são: Kichwa Amazônico (18,52%); Shuar Chicham (8,64%); Awap'it (1,23%); e Achuar Chicham (2,47%). Ou seja, as línguas dos povos e nacionalidades indígenas quase não têm presença nos meios de comunicação presentes na Amazônia.



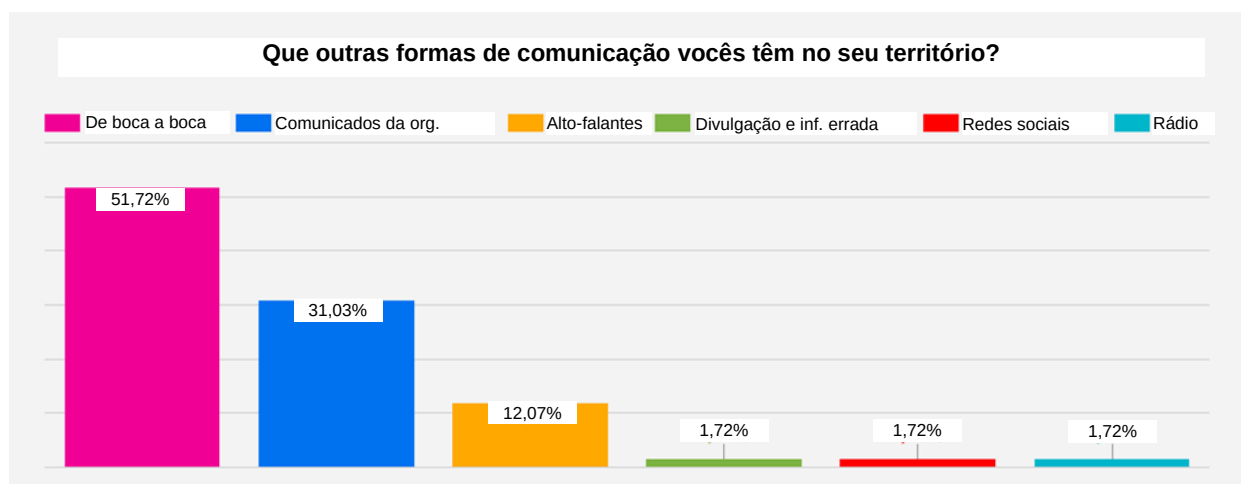
Abaixo está um gráfico sobre o tipo de conteúdo veiculado pela mídia na Amazônia equatoriana.

ANÁLISE



Fonte: Pesquisa de Comunicação CORAPE, 2023.

Além dos meios de comunicação em massa, foi possível identificar que a população amazônica possui outras formas de se comunicar, e que segundo as pesquisas são as seguintes.



Fonte: Pesquisa de Comunicação CORAPE, 2023.



Desafios da Rádio Comunitária na Amazônia Equatoriana

Com a participação de representantes de diversas organizações sociais, povos e nacionalidades indígenas e da mídia, o CORAPE realizou um exercício com a metodologia de grupo focal, que permitiu determinar os seguintes desafios.

Transmissão em idiomas nativos. Um dos principais obstáculos à democratização da comunicação e da informação na Amazônia é o uso limitado e a discriminação das línguas nativas. A CORAPE considera que há interesse das organizações sociais e dos Povos e Nacionalidades Indígenas consultados em que os meios de comunicação produzam e difundam conteúdos em línguas nativas como: Kichwa Amazônico, Shuar, Cofán e Waorani. Isto contribuiria para preservar e promover as línguas ancestrais e manter a visão de mundo de cada cultura, uma vez que a língua é uma manifestação dessa visão. Além disso, aumentaria a audiência da mídia entre a população amazônica.

Atualmente, alguns meios de comunicação veiculam programas em línguas nativas no período da manhã. No entanto, para a CORAPE “ainda existem sectores que não estão conscientes do direito das populações de receberem informação e interagirem nos meios de comunicação social utilizando as suas próprias línguas. Isto demonstra uma atitude discriminatória, uma vez que é dada maior importância a uma língua em detrimento de outras”.

Interesses políticos e económico. Alguns dos meios de comunicação privados, os mais ouvidos na Amazônia (43,10%), têm interesses económicos e políticos que não contribuem para a defesa dos direitos humanos e da natureza, como destacaram as pessoas consultadas pelo CORAPE, que afirmaram que os proprietários desses meios são empresários ou recebem financiamento de mineradoras e hidroelétricas; ou foram políticos que, através da sua influência, conseguiram obter frequências de rádio. Segundo o CORAPE, “devido a estes interesses, estes meios de comunicação optam por fazer publicidade a favor da mineração, deslegitimar a luta em defesa do ambiente e das comunidades, ou simplesmente ignorar as suas reclamações e ações relacionadas com a questão”.



No entanto, existem alguns meios de comunicação privados que estão relacionados com a defesa dos direitos da natureza. Por exemplo, a Rádio Ideal Tena (província de Napo), que divulga informações de organizações comunitárias e campanhas de grupos ambientalistas.

A CORAPE acrescenta que existe um clima de medo de denunciar as atividades extrativas ou de denunciar o seu impacto negativo devido ao risco de ser atacado ou morto. As pessoas consultadas pelo CORAPE afirmaram que na província de Pastaza a informação deve ser divulgada com cautela, pois temem represálias.

Sustentabilidade dos meios de comunicação comunitários. A propriedade das rádios comunitárias na Amazônia é distribuída entre a Igreja e as organizações indígenas, da seguinte forma: Rádio Sucumbíos, Rádio la Voz de Zamora, Rádio Puyo e Rádio La Voz del Upano pertencem aos Vicariatos. Enquanto a Rádio la Voz de la CONFENIAE, a Rádio Tuna, a Rádio Jatari e a Voz de las Cascadas pertencem a povos e nacionalidades indígenas. São meios de comunicação que possuem frequências legais para funcionar e entre suas principais fontes de financiamento destaca a publicidade, bem como a autogestão de recursos. Outros meios de comunicação social são apoiados através de acordos com ONG; e há aqueles que recebem uma renda pelo aluguel de sua infraestrutura.

Por exemplo, em Pastaza, onde vivem 7 das 14 nacionalidades indígenas amazônicas, os indígenas receberam a radiofrequência junto com equipamentos e pagamento de pessoal pelos governos anteriores. Para as pessoas consultadas pelo CORAPE, hoje é necessário gerar processos de formação e gestão de recursos para poder dar sustentabilidade às rádios comunitárias.

Novas tecnologias de informação. Segundo a pesquisa CORAPE, os meios de comunicação comunitários precisam ser capacitados no uso de ferramentas de comunicação digital que lhes permitam atingir outros nichos de público, gerenciar melhor as redes sociais e gerar conteúdos em novos formatos. Também é necessária formação em investigação jornalística e cobertura noticiosa sobre questões ambientais e de direitos humanos.



Participação feminina. Segundo as pessoas consultadas pelo CORAPE, a participação das mulheres na produção de conteúdos nas rádios comunitárias ainda é minoritária. Embora existam algumas mulheres jornalistas, a maioria exerce atividades de secretariado, contabilidade e limpeza. Esta percepção coincide com a disparidade de gênero nos meios de escrita que também existe nos meios de comunicação tradicionais (WACC -GMPP 2020).

BRASIL

A colonização começou no século XVII, quando colonos, chamados bandeirantes, se mudaram para a região para extrair ouro e criar gado, além de escravizar indígenas que eram colocados à venda.

Retirado do texto da pesquisa





A difícil equação: Políticas Agrárias e Governança Indígena e Afro- Brasileira

A Amazônia é conhecida internacionalmente por seus recursos naturais superlativos e pelos serviços ambientais que presta ao Brasil e ao resto do planeta. Essa riqueza tem sido utilizada de forma predatória, por meio do desmatamento para agricultura, pecuária, extração de madeira e mineração, entre outras atividades. Simultaneamente, persistem graves problemas sociais na região e faltam oportunidades de progresso social para a grande maioria da população.

A Amazônia é uma das principais vítimas da má gestão brasileira nas últimas décadas. Em 14 de março de 2024, o Supremo Tribunal de Justiça do Brasil decidiu que o governo de Jair Bolsonaro promoveu ativamente a violação massiva dos direitos socioambientais na Amazônia, com o consequente impacto no clima, na saúde e na sobrevivência dos grupos étnicos amazônicos, a sua cultura e a sua sabedoria.

O desmatamento da selva teve consequências em termos de desigualdade econômica e social, bem como de destruição territorial/ambiental. Arvor et al. oferecem um resumo útil dos fatores que influenciaram historicamente as políticas agrárias na Amazônia brasileira. Afirmam que, no fundo, as políticas de planejamento territorial têm refletido uma preocupação constante por parte das instituições brasileiras em promover o desenvolvimento socioeconômico da região e, ao mesmo tempo, controlar o avanço da fronteira para proteger os recursos naturais.

A colonização começou no século XVII, quando colonos, chamados bandeirantes, se mudaram para a região para extrair ouro e criar gado, além de escravizar indígenas que eram colocados à venda. Esse processo foi regulamentado na década de 1930, quando o moderno Estado brasileiro começou a promover a colonização e o povoamento da Amazônia no âmbito de sua política de Marcha para o Ocidente, com o objetivo de afirmar a soberania em regiões remotas do país e expandir a produção de borracha.



Em 1953, esses esforços tornaram-se ainda mais organizados, à medida que o Estado brasileiro definia o que constituía a “Amazônia legal” em termos geográficos e continuava a promover o desenvolvimento na região, especialmente para dar acesso à terra aos milhões de camponeses sem terra do Brasil. Esse processo incluiu a construção de estradas, cidades e até mesmo de uma nova capital nacional, Brasília (Arvor et al. 2018, p. 5). A suposição subjacente às políticas agrárias brasileiras é que as terras amazônicas estavam vazias e disponíveis para distribuição àqueles que delas precisavam, e que essas terras eram em sua maioria improdutivas.

Infelizmente, muitos destes esforços não surtiram o efeito desejado e contribuíram para a degradação ambiental. Um bom exemplo é a história do desenvolvimento fronteiriço no estado de Mato Grosso, no sul da Amazônia brasileira. Embora o governo federal tenha feito muitos esforços para incentivar o desenvolvimento agrícola em Mato Grosso, o que colocaria os pequenos agricultores no centro desse processo, acabou decidindo permitir maior investimento privado e uma agricultura em grande escala porque a agricultura em pequena escala não atendia os objetivos da produção planejada.

Isto deu origem à concentração de terras nas mãos de poucas empresas e a um modelo extrativista que enfatizava a pecuária, a mineração e a agricultura industrial. Nesse ritmo, a soja tornou-se parte essencial da economia brasileira na segunda década do século 21, embora também fossem cultivados milho, algodão e açúcar (Arvor et al. 2018, p. 6). Infelizmente, a expansão da agricultura industrial em grande escala causou um desmatamento significativo em todo o Mato Grosso.

Graças, em parte, à pressão internacional e local dos ambientalistas, o governo começou a levar o desmatamento mais a sério. O ambientalista pioneiro foi Francisco Alves Mendes, que na década de 1970 se tornou um líder na luta pacífica contra a exploração madeireira e a expansão de pastagens na Amazônia brasileira. Chico Mendes, como é conhecido, conseguiu algo que ninguém havia conseguido antes: unir setores tão díspares como agricultores, trabalhadores, políticos e ambientalistas com o único propósito de proteger a Amazônia e as comunidades que a habitam. Chico Mendes recebeu o prêmio UN Global 500 em 1987 e a Medalha Ambiental da organização Better World Society. Contudo, suas ações não agradaram aos grandes proprietários, extrativistas ou outros agentes do desmatamento. Ele foi assassinado em 1988.



Para proteger algumas regiões da Amazônia por questões ambientais e sociais (terras indígenas, quilombolas afro-brasileiros), foi criado em 2000 o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Em 2010, aproximadamente 28,7% das terras de Mato Grosso estavam protegido por este sistema (Arvor et al. 2018, pág. 8-9) e o desmatamento diminuiu 90% (Arvor et al. 2018, pág. 2) em comparação com 2004. Do ponto de vista ambiental, o sistema SNUC tem sido relativamente bem-sucedido. Em particular, promoveu práticas de gestão de terras afro-brasileiras e indígenas, que conseguiram reduzir o desmatamento e promover a biodiversidade. Alves-Pinto et al. afirmam que 94% menos vegetação nativa foi perdida em terras geridas de forma indígena do que em áreas sem proteção ambiental, o que significa que as práticas indígenas foram 17 vezes mais eficazes. O número é de 82% no caso dos quilombolas afro-brasileiros. (Alves-Pinto et al. 2022, p. 4).

Isso mostra que as comunidades indígenas e afro-brasileiras têm muito a contribuir para a proteção da Amazônia e que “ações mais executáveis desse tipo são possíveis se houver vontade política” (Alves-Pinto et al. 2022, pg. 5). Apontam também que “independentemente da sua contribuição para a conservação, é necessário garantir o pleno respeito pelos direitos internacionais e nacionais das comunidades locais e das Terras Indígenas (Smith et al., 2016; Jonas et al., 2017), e garantir a participação plena e efetiva das comunidades locais nos processos de tomada de decisão (Magnusson et al., 2018) (Alves-Pinto et al. 2022, pg. 5).

Mais recentemente, o “Código Florestal” que regulamenta o desenvolvimento na Amazônia foi revisado para permitir o desenvolvimento agrícola em terras que já foram desmatadas, protegendo ao mesmo tempo terras que ainda não foram tocadas. O Código Florestal reformado visa conseguir isso através da melhoria da aplicação da lei, da utilização de satélites para monitorizar o desmatamento em tempo real e da criação de uma série de medidas punitivas. (Arvor et al. 2018, p. 13).

Também foi feita uma tentativa de reduzir o impacto ambiental da agricultura em grande escala através da implementação de práticas como o “plantio direto”, a integração de culturas e pecuária, o pagamento ao agricultor pela reflorestação, a transformação de



matérias-primas agrícolas no local e a imposição de moratórias sobre a produção de soja e carne bovina em algumas regiões (Arvor et al. 2018, pág. 15-17). Para Arvor et al., essas políticas demonstram que, até certo ponto, o Brasil foi capaz de incorporar políticas de desenvolvimento agrícola que “dissociaram a expansão agrícola do desmatamento” (Arvor et al. 2018, pg. 2). No entanto, embora algumas políticas agrícolas tenham conseguido proteger a natureza e permitir a governação indígena e afro-brasileira das florestas a um nível macro, muitos problemas ainda existem. Por exemplo, a implementação de políticas e o controle do desmatamento continuam a ser um desafio. As alterações climáticas e as pressões que irão exercer sobre estes ecossistemas ainda não são totalmente compreendidas. E o acesso a terra e a falta de apoio à agricultura de pequena escala continuam a aguardar resolução (Arvor et al. 2018, pág. 17-18).

Um exemplo útil que resume algumas destas questões é a aplicação de programas REDD+ num esforço para reduzir o desmatamento. Em essência, as iniciativas REDD+ (que significa “redução das emissões resultantes da degradação florestal e do desmatamento”) tentam promover o sequestro de carbono nas florestas, monetizando-o e oferecendo um pagamento em troca da conservação da selva. Embora sejam geralmente eficazes na redução do desmatamento, estes programas exacerbaram, em alguns casos, a desigualdade, especialmente em questões de propriedade da terra. Como explica Greenleaf, “onde são desenvolvidos projetos de carbono florestal, a propriedade da terra é muitas vezes pouco clara, contestada e/ou socialmente complexa... por esta razão, os programas REDD+ muitas vezes enfatizam a 'clarificação' da posse da terra” num esforço para não excluir aqueles que não têm direitos formais sobre ele” (Greenleaf 2020, pp. 290-291).

O pressuposto principal destas abordagens “é o papel percebido da insegurança fundiária no esgotamento dos recursos florestais. A propriedade pública e privada da terra é proposta como uma solução para esta 'tragédia dos comuns'” (Hardin 1968)... a terra deve ser propriedade formal, de acordo com esta lógica, para evitar o rápido desperdício de recursos (ver Araujo et al. 2009) (Greenleaf 2020, p. 291). Para outros pesquisadores, os títulos verdes (REDD+) tornaram-se um mecanismo que incentiva mais o aspecto financeiro do que o espírito conservacionista que os inspirou.



Outro exemplo que ilustra a complexidade da concepção e implementação de políticas agrícolas transformadoras é a análise do impacto da governação a vários níveis na gestão do uso da terra. Pikkety et al. destacam que nos últimos 20 anos uma série de esforços foram realizados para “localizar” e capacitar os atores locais, especialmente os municípios, e esclarecer o papel das autoridades estaduais e federais. Estas iniciativas “caracterizam-se por serem múltiplas formas de governação que funcionam simultaneamente, e que normalmente envolvem uma estreita colaboração entre atores estatais e não estatais”, e “frequentemente visam contrariar a fragmentação da tomada de decisões setoriais e envolver um maior número de atores afetados por problemas ambientais para abordar as diferentes escalas de um determinado problema” (Pikkety et al. 1518).

No entanto, embora estes esforços pareçam ter tido um impacto positivo nas taxas de desmatamento, “ainda não desencadearam a intensificação do uso da terra em grande escala, a reflorestação e a restauração de terras degradadas”. Nem “conseguiram conter o desmatamento em pequenas propriedades”. Tudo isto se deve, acima de tudo, à enorme complexidade da concepção de políticas que proporcionem os incentivos negativos e positivos apropriados para que múltiplos intervenientes, desde governos locais a comunidades indígenas, incluindo pequenos e grandes agricultores, trabalhem em conjunto. A enorme quantidade de território que requer monitorização também desempenha um papel importante (Pikkety et al. 1531).

Abordagens inovadoras foram implementadas neste sentido, como, por exemplo, no estado do Acre, onde as autoridades governamentais tentaram contornar os problemas de propriedade da terra através da criação de um sistema em que o Estado venderia créditos de carbono internacionalmente e os distribuiria às comunidades sem terra em troca por “trabalho verde”, como a piscicultura e a conservação florestal (Greenleaf 2020, pp. 296-299).

Problemas Ambientais e Tensões Socioambientais

Em 2014 e 2015, São Paulo passou por uma seca sem precedentes devido ao desmatamento da Amazônia. Como pode ser se eles estão separados por quase 3.000 km? A resposta é “rios voadores”. As árvores expõem enormes quantidades de vapor d'água, que sobe formando “rios” que se movem pela ação dos ventos; então o vapor se condensa



e cai como chuva. As duas principais cidades do Brasil, São Paulo e Rio de Janeiro, dependem das árvores da Amazônia para chover. Este evento fez soar o alarme nas áreas urbanas do Brasil sobre o desmatamento sofrido por comunidades em nove estados da Amazônia brasileira, onde vivem mais de 24 milhões de pessoas, incluindo afrodescendentes, mestiços e, principalmente, indígenas. Somente no estado do Amazonas vive 29% da população nativa do Brasil (Censo 2022).

Infelizmente, na Amazônia brasileira o fogo consome as florestas. Mais de 100 mil incêndios por ano foram registrados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais do Brasil (INPE), que são causados por pessoas que vivem perto de rios ou estradas, que queimam árvores para fazer pastagens. Os “rios voadores” alimentam a vazão dos rios da região mais produtiva do Brasil. Em nenhum lugar a consequência do desmatamento da Amazônia é mais evidente do que nas Cataratas do Iguaçu, como demonstra Antonio Nobre, pesquisador sênior do INPE e autor do relatório “O Futuro Climático da Amazônia”¹¹. Essa maravilha da natureza está secando devido à diminuição da vazão dos rios que a alimentam. Justamente no terceiro estado amazônico com maior desmatamento, o Pará, a 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, COP 30, acontecerá em novembro de 2025.

Atualmente, a economia amazônica baseia-se principalmente na agroindústria para o mercado internacional. A maior parte dos 20 milhões de cabeças de gado do Brasil e boa parte de suas lavouras de soja estão concentradas na Amazônia, ambos com impactos negativos comprovados no meio ambiente. Quanto à mineração, extraem-se dos “pulmões do mundo” ferro, manganês, bauxita, cassiterita e ouro, além da extração de madeira para exportação.

O território do povo Yanomami é alvo de garimpo ilegal há décadas, mas a invasão de suas terras para fins extrativistas se intensificou nos últimos anos. Só em 2022, a devastação no território chegou a 54%.

A atividade minerária impacta diretamente o modo de vida dos povos indígenas, pois a invasão destrói o meio ambiente, provoca violência, conflitos armados e poluição dos rios

¹¹DW-Documentários “Ríos Voladores, las aguas de la Amazonia”.https://www.youtube.com/watch?v=M8q3O3eHD_c&t=1s



pelo uso do mercúrio. O estudo “Impacto do mercúrio em áreas protegidas”, realizado pela Fundação Oswaldo Cruz e pelo Instituto Socioambiental em 2023, revelou que, em nove comunidades Yanomami, 94% dos indígenas apresentam alto nível de contaminação por mercúrio. Das 287 amostras de cabelo examinadas, 84% apresentavam níveis de contaminação por mercúrio superiores a 2,0 µg/g (micrograma por grama); e outros 10,8% estavam acima de 6,0 µg/g. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), os níveis de mercúrio nos cabelos não devem ultrapassar 1 (um) micrograma por grama. A pesquisa descobriu que os povos indígenas com níveis mais elevados de mercúrio apresentavam mais frequentemente déficits cognitivos e danos nos nervos nas extremidades.

A desnutrição nas comunidades indígenas atingiu níveis tão elevados que em janeiro de 2023 o governo federal declarou o território Yanomami em estado de emergência de saúde pública. Este não é um caso isolado. A realidade social dos 772 municípios e dos nove estados que fazem parte da Amazônia brasileira é dramática. Quase 98,5% dos municípios amazônicos apresentam pontuação no indicador de progresso social inferior à média nacional. O relatório “Índice de Progresso Social da Amazônia Brasileira – IPS Amazônia (2014)” mostra que o cidadão comum desta região enfrenta enormes deficiências em praticamente todos os componentes do progresso social: há enormes dificuldades no acesso à água potável e ao saneamento básico; problemas na qualidade do ensino básico; falta de informação e meios de comunicação deficientes; e muito poucas oportunidades de alcançar o ensino superior. Além disso, aponta que o cidadão amazônico enfrenta restrições consideráveis no que diz respeito aos direitos individuais e à liberdade de escolha, principalmente devido às dificuldades de mobilidade nas cidades, à gravidez precoce na infância e adolescência e à violência generalizada, afetando especialmente os jovens.

Além disso, ocorreram incêndios catastróficos em 2020, especialmente na região do Pantanal, e o ano de 2021 foi marcado por enchentes devastadoras. Estes fenômenos afetam desproporcionalmente grupos que já sofrem discriminação estrutural (Amnistia Internacional, 2022).

Porém, o que não se investe no desenvolvimento social é investido em obras de infraestrutura, algumas das quais geram sérios impactos no ecossistema e, portanto, nas comunidades que ali vivem. Em São Luís, capital do estado do Maranhão, a empresa chinesa “China Communications Construction Company” e a “WPR – São Luís Gestão de



Portos e Terminais” estão construindo um porto numa das regiões mais cobiçadas do planeta. As cargas embarcadas chegarão com mais rapidez e menor custo ao país asiático, atravessando o Canal do Panamá. Em meio a esses poderosos empreendimentos, a comunidade do Cajueiro luta para manter seu estilo de vida e sua terra. Os moradores relataram que desde 2014 têm sido alvo de ataques, como destruição de casas e plantações, e vários líderes receberam ameaças de morte. Questionado pela reportagem Terra de Resistentes ¹², o governo do Maranhão admitiu que está concedendo licença ao porto sem definição quanto à posse das terras.

Nesse cenário, uma boa notícia se destaca: o Brasil registrou queda de 36% no desmatamento em 2023 em relação a 2022, segundo o relatório 2023 Global Forest Watch. E o ritmo é ainda mais animador nos territórios das comunidades nativas. O desmatamento nas Terras Indígenas da Amazônia teve uma redução de 42% no desmatamento entre agosto de 2023 e março de 2024, o menor desde 2018. Para que essa tendência de queda continue e para que esses povos permaneçam protegidos, “é necessário que o governo avance com os processos de demarcação das Terras Indígenas Invadidas. Isso deveria ser uma prioridade, já que esses territórios são escudos contra o avanço da destruição do bioma”, afirma Larissa Amorim, pesquisadora do instituto de pesquisa brasileiro IMAZON ¹³.

E a apropriação de Terras Indígenas utiliza violência e também documentos falsos (conhecidos no Brasil como grilagem). O povo indígena Uru-eu-wau-wau, no estado de Rondônia, está literalmente cercado por extrativistas que derrubaram tudo ao seu redor e que não têm escrúpulos em falsificar documentos para tirar as terras das comunidades nativas ¹⁴.

¹² <https://tierraderesistentes.com/es/2019/04/23/sitiados-por-el-progreso/>

¹³ <https://imazon.org.br/imprensa/desmatamento-em-terras-indigenas-da-amazonia-ao-menor-em-seis-anos/>

¹⁴ El cercado indígena. <https://tierraderesistentes.com/es/2019/04/23/el-cercado-indigena/>



Mídia na Amazônia brasileira

O relatório do Índice de Progresso Social Global (IPS) ¹⁵- Amazônia de 2014 constatou que o acesso à informação e à comunicação na região é 10 vezes inferior à média brasileira (53,36 e 63,44, respectivamente).

Devido à natureza e ao tamanho da Amazônia brasileira, grande parte de sua área rural é desprovida de meios de comunicação, inclusive telefones celulares. Para fornecer uma solução de comunicação, surgiu a rede de rádios comunitárias, que, diferentemente de uma rede de rádios comunitárias, envolve pessoas conectadas através de um sistema de rádio bidirecional de alta frequência (baseado em transceptores). Atualmente esse sistema opera na Reserva Extrativista do Alto Juruá (estado do Acre) e na região da Terra do Meio (estado do Pará). A primeira conta com uma rede de sete rádios dentro da reserva e uma principal emissora de distribuição na cidade de Marechal Thaumaturgo. Essa rede é resultado de uma colaboração de longo prazo, iniciada em 2013, entre as comunidades tradicionais e indígenas do Acre e professores das universidades de Brasília, do Estado de São Paulo e de Campinas.

Já a rede comunitária de rádios de alta frequência do Acre é composta por oito rádios de comunicação bidirecional, ou seja, um sistema de transmissão ponto único a multiponto, que permite que cada estação da rede receba a transmissão e se comunique entre si. Este sistema é independente, requer manutenção mínima e é fácil de usar por qualquer membro da comunidade após treinamento básico. Como não há energia nem infraestrutura para fornecer eletricidade, cada estação de rádio é alimentada por painéis solares e baterias. Em 2016, foram realizados testes bem-sucedidos de envio de arquivos de texto e imagens por meio desse tipo de rádio para localidades a até 100 km de distância.

Considerando o ecossistema midiático, o rádio tradicional é o que tem maior cobertura no território amazônico brasileiro. Segundo dados do Ministério das Comunicações do Brasil (2015), o número de rádios comunitárias representava pouco mais de 75% do total de emissoras da região. “Se levarmos em conta que mais da metade dessas emissoras comunitárias licenciadas, ou seja, 265 delas, não competem por audiência com as rádios

¹⁵O Índice de Progresso Social é um índice que mede, de forma holística e robusta, o desempenho social e ambiental das nações e territórios, independentemente do seu desenvolvimento econômico (IPS, 2014).



comerciais, pois são, segundo dados da Anatel (2015), a única emissora ou o único meio de comunicação em massa em seus municípios, capaz de produzir informações sobre a realidade local no meio mais popular que existe até hoje, temos um potencial estratégico para a radiodifusão comunitária” (Steinbrenner 2017. Pág.85). ¹⁶ Embora os números remontem há quase uma década, a tendência crescente do licenciamento permite deduzir que o cenário e a análise permanecem atuais.

Contudo, algumas rádios comunitárias são distorcidas, tornando-se “pseudocomunitárias” ¹⁷. Steinbrenner explica que “o limitado modelo de gestão financeira, que só permite o 'apoio cultural' restrito aos apoiadores radicados na localidade, somado à extrema burocracia do processo de legalização das rádios comunitárias e à falta de políticas públicas, acabam beneficiando as emissoras 'patrocinadas' seja por igrejas ou por políticos, ou mesmo por aqueles que simplesmente reproduzem modelos comerciais. Isso cria uma onda de emissoras “pseudocomunitárias”, que são inspiradas em interesses privados, reproduzem formatos comerciais ou não estão abertas à participação comunitária” (Steinbrenner, 2017 pg.86).

A RNA realizou um levantamento sobre a situação comunicacional-ambiental em quatro estados amazônicos por meio das emissoras: Rádio Rural Educadora de Tefé (Amazonas), Rádio FM Monte Roraima (Roraima), Rádio Educadora do Maranhão (Maranhão) e Rádio Rosário FM (Pará). Foram aplicados 200 inquéritos aleatoriamente a mulheres, homens, indígenas, quilombolas (afrodescendentes), ribeirinhos, extrativistas e moradores de áreas urbanas.

A pesquisa mostrou que onde não há eletricidade disponível, o rádio tornou-se o único meio de comunicação. Por meio dele, os moradores acessam informações que depois passam de boca em boca para o restante da comunidade. Nas zonas com acesso à internet e energia, a televisão, a rádio e as redes sociais têm a maior audiência. A maioria das rádios encontradas nesses quatro estados amazônicos são privadas, ligadas a políticos ou pertencem a grupos religiosos.

Também é captada a Rádio Nacional da Amazônia, que pertence ao sistema público de radiodifusão do Brasil. Os entrevistados dos quatro estados afirmaram que a maioria dos

¹⁶Steinbrenner, RA (2017). Mapeamento das Rádios Comunitárias na Amazônia como ferramenta para o desenvolvimento sustentável. Logotipos, 24(1).

¹⁷Steinbrenner, RA Idem



meios de comunicação são influenciados por políticos. Quanto às rádios comunitárias, poucas foram citadas ou responderam que as desconheciam. Isto acaba por ser um paradoxo, pois por um lado são numerosos e relevantes para o ecossistema comunicacional, mas ao mesmo tempo são invisíveis para além da sua localidade.

90% das pessoas inquiridas notaram que notícias ambientais e informações sobre alterações climáticas raramente são produzidas nestes meios de comunicação. Ao mesmo tempo citaram o jornal RNA e o programa Ampliando Vozes, da Rádio Rural Educadora de Tefé, como meios de comunicação onde encontram informações ambientais.

No estado amazônico de Roraima, a pesquisa apontou a mineração como a maior fonte de poluição e problemas de saúde devido ao mercúrio. Relativamente aos meios de comunicação, 70% dos inquiridos responderam que obtêm a sua informação através das redes sociais, depois da rádio e por último da televisão.

No estado do Maranhão, a extração de areia, minerais, desmatamento, conflitos fundiários e ameaças foram os principais problemas destacados nas pesquisas. Os territórios indígenas e quilombolas (afrodescendentes) são os mais afetados. As altas temperaturas registradas nos últimos tempos também foram mencionadas e são atribuídas ao desmatamento e às mudanças climáticas. Em relação à comunicação, a maioria tem acesso à televisão, rádio e Internet, mas reiteram que há pouca divulgação de informação ambiental através destes meios.

No estado do Pará, os problemas mais citados pelos entrevistados foram o desmatamento, a mineração (legal e ilegal) e a pesca massiva. Outro fator preocupante na região é a forte presença do agronegócio. Com isso, indicam pesquisas, muitas famílias estão perdendo suas terras ou sendo expulsas para dar lugar ao agronegócio, além de sofrerem problemas de saúde devido ao uso extensivo de agrotóxicos. Ao analisar os questionários, a RNA constatou que os entrevistados omitiram 85% dos nomes das empresas que entram no território.

Isto reflete o medo de represálias e ameaças como resultado de queixas relacionadas com atores extrativistas. Da mesma forma, os entrevistados destacaram a ineficácia dos governos em resolver os problemas e em apoiar os movimentos sociais e ONGs na luta



pela defesa dos territórios. Fazer da mídia aliada nessa luta é outro desafio da região amazônica, observa a RNA.

Segundo a Rede Amazônica de Notícias (RNA), que reúne 20 rádios (das quais apenas uma é comunitária) localizadas em sete estados do Brasil, algumas emissoras informam sobre os processos de “consulta prévia, gratuita e informada” que são desenvolvidos no âmbito da regulamentação de projetos na região amazônica. No entanto, para a RNA, é necessária mais formação para que os jornalistas cubram temas tão delicados e o façam com segurança, uma vez que isso pode custar-lhes a vida, como aconteceu ao jornalista britânico Dom Phillips e ao ativista indígena Bruno Pereira em 2022. Neste sentido, a RNA aderiu à Rede de Proteção de Comunicadores e Jornalistas com o objetivo de reforçar o apoio e aconselhamento jurídico em caso de situação que coloque em risco a segurança dos repórteres.

Ao mesmo tempo, a RNA considera que é necessário aumentar a consciência crítica dos habitantes da Amazônia para que possam participar melhor nos debates e processos relacionados aos seus territórios. Por isso, afirma, o fortalecimento das rádios amazônicas é fundamental, pois desempenham um papel importante nesse processo de conscientização.

COLÔMBIA

“Os conflitos associados com a terra e aos recursos naturais não são apenas numerosos e frequentes, mas também são frequentemente prolongados e têm duas vezes mais probabilidade de se repetirem nos primeiros cinco anos do que outros tipos de conflito. Além disso, são alimentadas por crises, como as alterações climáticas, a crise democrática e a migração em massa, que são fontes de instabilidade política, económica, social e ambiental.” [18]





Esforços e Riscos de Conservação da Biodiversidade

Em 2023, a Colômbia foi o país que conseguiu a maior redução do desmatamento de florestas tropicais úmidas do mundo, segundo dados da Global Forest Watch. A queda foi de 48% em relação a 2022 ¹⁸. No entanto, o Ministério do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Colômbia alertou que em 2024 se registra uma tendência ascendente no desmatamento devido à “coerção significativa por parte de grupos armados na área” e ao fenômeno meteorológico El Niño.¹⁹

A diminuição do desmatamento na Colômbia em 2023 é atribuída a diversas políticas e estratégias governamentais, como a expansão do Sistema Nacional de Áreas Protegidas e o fortalecimento da Estratégia Integral de Controle do Desmatamento e Manejo Florestal (EICD). Somam-se a isso as conquistas do Programa Nacional de Pagamentos por Serviços Ambientais, que busca promover a conservação por meio de incentivos econômicos por meio de acordos com as comunidades dos territórios. No departamento amazônico de Vaupés, onde se registram mais avanços graças aos acordos assinados, as comunidades indígenas garantem a proteção de pelo menos 3.992 hectares.²⁰

A Colômbia é o segundo país com maior biodiversidade do mundo; o primeiro em espécies de aves e orquídeas; e o segundo com maior riqueza de plantas, anfíbios, borboletas e peixes de água doce. Além disso, ocupa a terceira posição em número de espécies de palmeiras e répteis; e quarto lugar em mamíferos.

¹⁸ <https://www.regnskog.no/en/news/aumento-global-deflorestamento-apesar-do-decline-in-tropical-primary-forest-loss>

¹⁹ Desmatamento cai em 2023 e enfrenta ameaças em 2024 – Ministério do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (minambiente.gov.co)

²⁰ El Espectador (publicado em 7 de abril de 2024). <https://www.elespectador.com/colombia/mas-regiones/amazonas-guainia-y-vaupes-invierten-presupuesto-en-pagos-por-servicios-ambientales-noticias-hoy/>



Pela importância para o mundo da conservação dessas riquezas, a Colômbia foi escolhida como sede da Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica (COP16), a ser realizada em outubro de 2024 sob o lema “Paz com a Natureza”. Com este slogan, o governo colombiano pretende fazer um “apelo à reflexão para melhorar a relação que temos com o meio ambiente e pensar num modelo económico que não priorize a extração, a sobre-exploração ou a contaminação da natureza ” ²¹.

Espera-se que a COP16 consiga persuadir o sistema financeiro internacional a apoiar a proteção da Amazônia, tanto para conter o desmatamento, quanto para avançar nos processos de restauração e desenvolver mais pesquisas científicas voltadas à sua preservação.

Para cumprir os compromissos da Convenção sobre Diversidade Biológica, a Colômbia conta com o Sistema Nacional de Áreas Protegidas (Sinap), composto por 1.116 áreas sob proteção que cobrem mais de 31 milhões de hectares, o equivalente a 15% do território nacional. Infelizmente, as ameaças aos funcionários do SINAP e o desmatamento em áreas protegidas continuam na ordem do dia.²²

Defender a natureza e a terra é altamente arriscado na Colômbia devido aos interesses económicos subjacentes ao extrativismo, aos grupos armados e ao crime organizado. Os ataques e homicídios de defensores ambientais têm aumentado nas últimas décadas. Pelo menos 60 deles foram assassinados em 2022, de acordo com a última contagem da Global Witness.²³

Um dos instrumentos jurídicos mais adequados para enfrentar esta situação é o Acordo Regional sobre Acesso à Informação, Participação Pública e Acesso à Justiça em Matéria Ambiental na América Latina e no Caribe (Acordo de Escazú), uma vez que inclui cláusulas específicas relativas aos defensores da meio ambiente e a terra. O Congresso da Colômbia ratificou o Acordo em 2022, porém, no momento de fazer este diagnóstico, o Tribunal Constitucional ainda não havia tomado uma decisão sobre a revisão de sua

²¹Ministério do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Colômbia <https://www.minambiente.gov.co/colombia-presenta-al-mundo-la-imagen-de-la-cop16-paz-con-la-naturaleza/#:~:text=Bajo%20el%20tema%20of%20Paz,Convenção%C3%B3n%20on%20the%20Diversity%20Biol%C3%B3gic>.

²²Ministério do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Colômbia. Desmatamento cai em 2023 e enfrenta ameaças em 2024 – Ministério do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável ([minambiente.gov.co](https://www.minambiente.gov.co))

²³El País (Espanha), setembro de 2023. <https://elpais.com/america-futura/2023-09-12/colombia-es-el-mayor-cementerio-mundial-de-defensores-de-la-tierra.html>



constitucionalidade, o que é essencial para sua aplicação.

“Os conflitos associados com a terra e os recursos naturais não são apenas numerosos e frequentes, mas também são frequentemente prolongados e têm duas vezes mais probabilidade de se repetirem nos primeiros cinco anos do que outros tipos de conflito. Além disso, são alimentadas por crises, como as alterações climáticas, a crise democrática e a migração em massa, que são fontes de instabilidade política, económica, social e ambiental”.²⁴

Somam-se a isso os deslocamentos internos devido a fatores ambientais, que incluem aqueles gerados por desastres, as consequências das mudanças climáticas e a degradação ambiental. Assim, o Tribunal Constitucional colombiano emitiu uma decisão em Abril de 2024 na qual reconhece o deslocamento de pessoas por motivos associados às alterações climáticas e às catástrofes naturais; ordena que o Estado lhes garanta os meios para restaurar todos os seus direitos; e ordena que o Congresso legisle para abordar o deslocamento interno forçado por razões ambientais.

O Tribunal Superior sublinhou que as alterações climáticas, o desmatamento e outras deteriorações ambientais desenvolvem-se frequentemente de forma progressiva, por vezes mesmo imperceptível, mas acabam igualmente por gerar consequências devastadoras para as pessoas, especialmente para os mais vulneráveis.

Problemas Socioambientais

Segundo o Sistema de Informação Ambiental Territorial da Amazônia Colombiana, o bioma Amazônico cobre 23,3% do total do território nacional (incluindo o marinho) e representa 42,3% da parte continental. Regionalmente, sua superfície corresponde a 6,8% da grande Amazônia. A região amazônica abrange a parte sul do departamento de Vichada; o sudeste de Meta; todo o território dos departamentos de Guainía, Guaviare, Vaupés, Amazonas, Putumayo e Caquetá; a Bota Caucana no departamento de Cauca e as encostas amazônicas de Nariño (alta dos rios Guamuéz, Sucio, San Miguel e Aguarico). No total são

²⁴Testemunha Global. Una década de Resistencia. (2022) <https://www.globalwitness.org/es/decade-defiance-es/#accounting-over-half-2021-attacks-mexico-colombia-and-brazil-es>



79 entidades territoriais, divididas da seguinte forma: 61 municípios e 18 áreas não municipalizadas.

A Amazônia colombiana sofreu uma alteração com o advento da colonização gerada pelas “bonanças” primeiro da cinchona, depois da borracha e posteriormente das peles. Terminadas estas, a colonização continuou como consequência da violência bipartidária e, posteriormente, devido à política governamental que incentivou a colonização das zonas fronteiriças. Atualmente a região é povoada por comunidades indígenas (56 povos indígenas ²⁵), mestiços e afrodescendentes que se dedicam principalmente à agricultura, pecuária, serviços de ecoturismo e empreendimentos comerciais.

A essas ondas de colonização, que deram origem ao desmatamento, um novo ciclo de colonização se somou por volta da década de 1970 com o surgimento de culturas para uso ilícito (Observatório da Amazônia). Para erradicá-los, utilizou-se a pulverização de glifosato, herbicida com diversos componentes químicos nocivos ao meio ambiente, como potássio, sal isopropilamina de N-fosfonometilglicina, amônio e outros agentes inorgânicos. Entre os efeitos sobre a terra, os ecossistemas e as comunidades, estão vários tipos de câncer e a diminuição da produtividade do solo. Segundo dados da ONU, em 2021 foram cultivados aproximadamente 204 mil hectares de coca na Colômbia, dos quais aproximadamente 70% estão concentrados na Amazônia colombiana, especialmente nos departamentos de Putumayo e Caquetá.

“No caso colombiano, o fenômeno do desmatamento é muito complexo, visto que é resultado de processos ilegais, incluindo tráfico de drogas, tráfico de armas e presença de grupos à margem da lei, intercalados com um cenário de grilagem de terras e expansão da fronteira agrícola - pecuária e agronegócio - sem que seja possível ter informações sobre todas as situações presentes na região”.²⁶

Até 2016, a ex-guerrilha das FARC controlava a exploração da selva no departamento de Guaviare. Quem quisesse cortar árvores tinha que pedir permissão e, normalmente, os únicos cortes permitidos eram pequenas áreas de terra que as famílias camponesas dedicavam ao cultivo para seu consumo. Se estas regras fossem quebradas, os

²⁵DWA El desafío de comunicar la diversidad .pg.16

²⁶Observatorio Amazonia Sobre nosotros (fcds.org.co)



guerrilheiros impunham multas aos infratores.

Vários investigadores salientam que, durante os anos que se seguiram aos Acordos de Paz entre o Estado colombiano e a guerrilha das FARC, a região andina e amazônica perdeu mais floresta nativa do que durante 24 anos de conflito com aquela guerrilha (Murillo Sandoval et al. 2021, pág. 6). Isso ocorre porque “com medo de novas políticas fundiárias restritivas [que se esperava que fossem implementadas após o Acordo de Paz], os fazendeiros locais e os investidores externos perseguiram agressivamente a apropriação de terras em grande escala... proprietários de terras e investidores externos, que não foram mais dissuadidos por a regulamentação restritiva do uso da terra das FARC durante o conflito”, impulsionaram o desmatamento (Murillo-Sandoval et al., 2020 em Murillo-Sandoval et al., 2021, pág. 8). No entanto, deve-se mencionar que embora durante a hegemonia das extintas FARC a guerrilha tenha interrompido o desmatamento para usos comerciais, por outro lado, derrubou quantidades significativas de floresta para a construção de estradas na região amazônica (Instituto Sinchi ²⁷).

A região da Orinoquia possui quatro milhões de hectares com vocação pecuária, segundo o Instituto Geográfico Agustín Codazzi. A região amazônica tem zero. E embora o departamento de Guaviare pertença a esta última região, o censo pecuário de 2008 do Instituto Agrícola Colombiano contou 169.000 cabeças de gado, e o censo de 2019 contou 443.633 animais. Ou seja, em 11 anos o número de vacas esteve perto de triplicar naquele departamento amazônico. Isso implicou um vasto processo de desmatamento e pastagens.

Um relatório de 2010 do Instituto de Pesquisas Científicas da Amazônia (Sinchi) explica assim: “A população indígena possui sistemas de subsistência que não requerem grandes intervenções no meio ambiente para atender às suas necessidades e exigências. Mas, por outro lado, a população mestiça que chegou à região provém dos Vales Orientais e dos departamentos de Huila e Tolima, com uma forte tradição pecuária, o que os levou a replicar estes modelos”.

²⁷ <https://storymaps.arcgis.com/stories/a68b4e579dfa467592f81d14d9b3d849>



Em resposta ao desmatamento, o governo colombiano também implementou iniciativas de crédito de carbono REDD+. Estas iniciativas, agrupadas num programa nacional denominado Visão Amazônica, procuraram fortalecer a governação florestal local e indígena, melhorar a coordenação institucional, promover meios de subsistência sustentável através da produção agrícola e criar um ambiente de governação política favorável (Rodríguez de Franciso et al. 2021, pag. 4). No entanto, académicos e investigadores constataam que estes laços foram distorcidos, resultando no que é conhecido como “lavagem verde” ou um método para branquear a imagem de empresas que prejudicam a natureza.

A extração de minerais é outra causa de conflitos socioambientais em diversas áreas da Colômbia. A mineração ilegal de coltán, ouro e materiais de construção (areia - cascalho) também é realizada nos departamentos amazônicos de Guainía, Amazonas e Vaupés (DWA, 2020). Está comprovado que o mercúrio utilizado na exploração do ouro acaba contaminando os rios, os peixes e, portanto, as populações ribeirinhas.

A mineração de ouro está devastando as “áreas protegidas” da Colômbia, especialmente o departamento amazônico de Guainía. Por meio de sobrevoos realizados entre 2022 e 2023 pelos Parques Naturais Nacionais, foram identificados 10 pontos de extração mineral ilegal dentro da área protegida, resultando em 72,2 hectares desmatados.²⁸

A mineração informal e ilegal na Colômbia tem implicações que vão desde a evasão aos sistemas de controle sobre os recursos naturais, a evasão à carga tributária, causando danos irreversíveis aos ecossistemas protegidos, o não cumprimento dos requisitos mínimos dos direitos dos trabalhadores, e até mesmo se tornando uma fonte de arrecadação de fundos sem controle estatal que serve para financiar atividades ilegais (Sandoval, Marín e Almanza 2017 pág. 2).

Embora a mineração legal gere diferentes tipos de pressões socioambientais que podem levar a tensões internas nas comunidades, que vão desde a transformação dos sistemas produtivos indígenas e impactos na fauna, flora e recursos hídricos; até cenários de risco à saúde humana, sendo, portanto, potenciais desencadeadores de conflitos socioambientais.

²⁸ <https://www.elespectador.com/investigacion/las-rutas-del-oro-sucio-asi-avanza-la-mineria-ilegal-de-oro-en-la-amazonia-oro-colombiano/>



(Sinchi, 2022)

Tal como noutros países que partilham a Amazônia, as tochas dos poços de petróleo substituíram árvores antigas. Mais de 90% dos projetos de exploração ou produção de petróleo estão localizados nos departamentos amazônicos de Caquetá e Putumayo. A exploração e produção de petróleo na Amazônia colombiana remontam à década de 1960. Desde então, foram realizadas 738 perfurações de poços de petróleo distribuídas em 31 municípios da Amazônia. Na Colômbia, a exploração petrolífera causou graves danos às fontes de água, doenças nas comunidades e assassinatos daqueles que denunciaram estes acontecimentos. Exemplo disso é a contaminação dos rios que forneciam água às comunidades de Puerto Vega-Teteyé, no departamento amazônico de Putumayo, devido a derramamentos de petróleo provenientes da exploração do Consórcio Energético (hoje Canadense Gran Tierra Energy). Desde 2002, a comunidade defende a água com greves, processos judiciais e com a própria vida.

Em diversos cenários internacionais e nacionais, o atual presidente da Colômbia, Gustavo Petro, tem afirmado que durante seu governo não assinará novos contratos de exploração de petróleo, carvão e gás, como medida para frear a crise climática e que, em seu lugar avança na transição energética. Da mesma forma, se opõe ao método de fracking na exploração de petróleo e gás, pois contamina o meio ambiente e afeta a saúde das comunidades.

Além do tráfico de drogas e da presença de grupos armados dissidentes das FARC (que se desviaram dos Acordos de Paz), um fator importante que prejudica a governança ambiental eficaz na Amazônia colombiana está relacionado à incapacidade das políticas estatais de integrarem efetivamente os paradigmas indígenas. Torres e Verschoor argumentam que as políticas estatais têm uma perspectiva colonial em relação à região amazônica, ou seja, entendiam a área como um vazio e que precisava ser governada para que o Estado pudesse reivindicar soberania (Torres e Verschoor 2020, pg. 127).

Em vez disso, as perspectivas indígenas veem a terra como algo mais próximo de um corpo ou entidade viva de onde emana toda a vida e que precisa de ser protegida e curada em vez de governada. Para Torres e Verschoor, o resultado da disputa entre essas visões opostas é que nenhuma delas é capaz de se tornar dominante e, portanto, nenhuma delas



consegue proteger efetivamente o território e as pessoas que o habitam. Neste contexto, um terceiro paradigma acaba por se tornar dominante, enraizado em atividades ilegais e ambientalmente destrutivas, como o tráfico de drogas e a mineração, que proporcionam dinheiro fácil e corroem o tecido social das comunidades, e que prospera na má governação (Torres e Verschoor 2020, pág. 130). Torres e Verschoor ecoam a posição de Rodríguez de Franciso et al. argumentando que a única maneira de sair desta encruzilhada é começar a “levar a sério as formas indígenas de se relacionar com o meio ambiente no enquadramento dos problemas e soluções ambientais” (Torres e Verschoor 2020, pág. 131).

Rádios Comunitárias e Estatais na Amazônia Colombiana

A comunicação na Amazônia é limitada devido à enorme extensão do território, às poucas vias de comunicação entre áreas rurais e urbanas e às condições climáticas marcadas por períodos de chuvas intensas, altas temperaturas e umidade. Isso evita uma boa conectividade. A velocidade da Internet é mais lenta do que no resto do país, apesar de empresas de telecomunicações como a Claro (principal empresa de telecomunicações da Colômbia) terem anunciado a instalação de 4G em diversas áreas. Neste país, o acesso à internet está abaixo de 47,7% entre a população amazônica, o que na realidade pode significar qualquer número abaixo desse valor. Em geral, as pessoas queixam-se da falta de conectividade que impede o progresso nas iniciativas de comunicação. Os jovens do Amazonas, por exemplo, não podem assistir às aulas online porque a velocidade da internet não é suficiente; (DW-A pág. 23)

No entanto, o estudo da DW Akademie descobriu que, em 2020, havia 18 páginas de notícias na Internet que operavam a partir dos seis departamentos da Amazônia; onze jornais de alcance limitado, principalmente urbano; e foram sintonizados 26 canais de TV (DW-A pág.26).

Mas, além disso, a Amazônia representa um desafio de comunicação devido à multiplicidade de etnias e culturas heterogêneas, como indígenas, mestiços e afrodescendentes. De tal forma que a rádio continua a ser um meio de comunicação que, pelas suas características tecnológicas, é mais acessível aos moradores da região.



Devido aos cenários de conflito armado interno, o Exército Colombiano implementou uma rede de estações de rádio, “Colômbia Estéreo”, que tem cobertura em todo o país. Dada a sua natureza institucional, a sua programação visa promover as suas campanhas, além de transmitir notícias e música. Contudo, as comunidades evitam-no, especialmente em áreas onde o Exército combate guerrilhas e organizações do crime organizado, para evitar serem vistos como aliados do Exército e, portanto, tornarem-se alvos de grupos armados ilegais.

Segundo a Fundação para a Liberdade de Imprensa (FLIP), seis dos sete departamentos da região amazônica foram classificados como “silenciosos” segundo as Cartografias de Informação, ou seja, áreas onde não há veículos de comunicação que produzam notícias locais. Por isso, os comunicadores comunitários assumiram a responsabilidade de narrar o seu território e formaram a Rede Amazônica de Jornalismo Comunitário. Entre as pessoas que fazem parte desta iniciativa estão dirigentes de organizações camponesas e associações produtivas.

As rádios comunitárias têm uma longa história na Colômbia, caracterizada pelo desaparecimento de muitas estações, enquanto continuam a ser emitidas licenças para novas. Com o tempo, foram formadas diversas redes de rádio, que hoje estão agrupadas na Federação de Mídia Comunitária da Colômbia, Fedemedios, e que representa 350 emissoras. Entre suas conquistas estão os acordos com a Universidade Nacional Aberta e a Distância para redução de mensalidades dos postos conveniados; acordos com os sindicatos que representam os direitos dos autores e compositores na Colômbia, o que significa economias significativas para as emissoras em royalties. Além de gerenciar descontos para utilização do espectro eletromagnético e procedimentos legais a serem incluídos em políticas públicas.

Líderes de organizações sociais e fundações sem fins lucrativos são treinados em habilidades de comunicação através da Escola de Comunicação Comunitária Fedemedios. A capacitação foi realizada em toda a Colômbia, inclusive nos departamentos amazônicos.

Da mesma forma, em cumprimento aos Acordos de Paz assinados entre o Estado colombiano e a guerrilha FARC (2016), a Rádio Nacional estatal treinou membros de organizações de vítimas do conflito armado interno e membros da Ecomún, a cooperativa



de membros desmobilizados das FARC, em produção e técnicas de rádio para operar as estações de rádio que lhes foram licenciadas e equipadas. Até à data, já foi cumprido o compromisso acordado de criar 20 estações de rádio comunitárias, denominadas Estações da Paz, em municípios e territórios historicamente atingidos pelo conflito armado, de forma a dar voz às comunidades para contarem as suas histórias, necessidades e situação socioambiental. Alguns deles estão localizados nos departamentos amazônicos da Colômbia, onde participam membros de grupos étnicos e organizações sociais. O compromisso destas rádios em contribuir para a construção da paz de forma sustentada passa pela atribuição de recursos económicos, técnicos e operacionais por parte do Estado colombiano.

Para ter uma opinião direta sobre a cobertura de questões ambientais pelas rádios da Amazônia colombiana, a organização colombiana “Grupo Comunicarte” consultou representantes das emissoras Juventud Estéreo (Guaviare), Dignidad Estéreo 89.7fm (Guaviare), Camaxagua Estéreo (Meta) e CDH La Colmena (Putumayo).

Os meios de comunicação consultados afirmam que as comunidades estão conscientes dos danos ambientais causados nos seus territórios. No entanto, salientam que as regulamentações ambientais não são compreendidas pelas comunidades e, por isso, é importante que os meios de comunicação locais e comunitários realizem um trabalho de divulgação acessível a todos e promovam o uso das línguas nativas.

Ciente desta situação, a organização do Fórum Nacional Ambiental vai realizar 16 fóruns pedagógicos sobre biodiversidade em toda a Colômbia, em preparação para a COP16. Da mesma forma, o Ministério do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável realizarão workshops sobre a COP16 em 20 cidades colombianas, incluindo três na Amazônia.

CONCLUSÕES

A partir de pesquisas realizadas no Equador, Colômbia e Brasil, conclui-se que o rádio é o principal meio de comunicação nas áreas rurais da região amazônica e que transmite pouca informação oportuna e confiável sobre questões ambientais locais e regionais porque a programação é influenciada pelos interesses políticos e económicos dos seus proprietários ou financiadores. Desta forma, a rádio comunitária é o chamado para transmitir informações ambientais locais e dar voz aos atores in situ.

Retirado do texto das conclusões diagnósticas





Conclusões

Segundo o atlas “Amazônia Sob Pressão”, publicado pela Rede Amazônica de Informações Socioambientais Georreferenciadas, 66% da Amazônia está sujeita a algum tipo de pressão que gera desmatamento ou degradação, o que favorece duplamente as mudanças climáticas. Quando as florestas se perdem, perdem-se as árvores que capturam os gases com efeito de estufa e, quando são cortadas, libertam o dióxido de carbono que capturaram. No total, só o desmatamento causa cerca de 10% das emissões globais.

A degradação do meio ambiente na Amazônia equatoriana deriva principalmente da mineração, da exploração petrolífera, da atividade agrícola e da construção de obras públicas, como usinas hidroelétricas. Atividades que têm gerado desmatamento e tensões socioambientais pelos efeitos na saúde das comunidades, perda de seus costumes e contaminação de águas, solos e fauna. Impacto que se agrava nas populações mais vulneráveis (indígenas e afrodescendentes), que se destacam pela defesa de seus territórios e cultura, apesar das ameaças e ataques que esta luta traz contra elas.

O desmatamento da Amazônia brasileira tem algumas origens que coincidem com a do Equador, e outras são mais singulares. Dentre os principais, destacam-se os incêndios provocados pelo homem com o objetivo de pastorear a selva para a produção agrícola. A produção de soja e pecuária, principais produtos de exportação do Brasil, está localizada principalmente na Amazônia. Soma-se a isso a extração de minerais e madeira amazônica, além da construção de infraestrutura, como portos, estradas e hidroelétricas. Essas atividades impactam diretamente o modo de vida dos povos indígenas porque destroem Terras Indígenas, causam violência, conflitos e poluição dos rios. O Estado implementa diversas medidas para conter o desmatamento e a invasão de Terras Indígenas, enquanto os povos indígenas continuam a lutar para proteger seus territórios mesmo ao custo de suas vidas.

Na Colômbia, as causas do desmatamento na Amazônia têm se multiplicado. Além das atividades pecuárias, realizadas principalmente por colonos de outras regiões da Colômbia, soma-se a produção e processamento de coca. Com o desmantelamento da guerrilha FARC, que atuava como autoridade de defesa do meio ambiente, aumentou a mineração legal e ilegal e, com ela, o desmatamento. Soma-se a isso a exploração e exploração de petróleo na selva e a posterior abertura de estradas. Todas essas atividades geram



diferentes tipos de pressões socioambientais que levam a tensões internas nas comunidades, transformação dos sistemas produtivos indígenas; impactos na fauna-flora e nos recursos hídricos; e cenários de risco para a saúde humana e dos ecossistemas. Num cenário com a presença de grupos armados, tráfico de drogas e empresas extrativistas, a proteção dos ecossistemas amazônicos e dos territórios indígenas coloca em risco tanto as comunidades quanto os funcionários do Estado. Os números mostram que a Colômbia é um dos países do mundo onde é mais perigoso defender o meio ambiente e a terra.

Embora, conforme registrado por organizações internacionais de monitoramento, existem avanços na redução do desmatamento na Amazônia brasileira e colombiana como resultado de políticas públicas ambientais, a taxa de exploração madeireira ainda é alta e há sérias deficiências na aplicação de tais políticas a nível local nos três países, especialmente no que diz respeito à implementação de “consulta prévia, livre e informada” às comunidades envolvidas em qualquer projeto que se pretenda realizar na Amazônia.

Esses avanços também são resultado de acordos de troca de incentivos financeiros por serviços ambientais promovidos pelas comunidades e gerenciados localmente. Embora sua cobertura ainda seja reduzida tendo em conta o tamanho da Amazônia, são um passo no reconhecimento de que as práticas agrícolas e o uso da terra pelos povos tradicionais e indígenas favorecem a conservação e a restauração natural dos ecossistemas amazônicos.

No entanto, o acesso à informação e o direito à comunicação são extremamente limitados para as comunidades que vivem na Amazônia brasileira, colombiana e equatoriana. A falta de eletricidade e de conectividade à Internet nas áreas não urbanas da região fez do rádio o meio de comunicação com maior cobertura na Amazônia dos três países. No entanto, a propriedade destas estações varia de país para país.

De acordo com o levantamento realizado pela Rede Amazônica Brasileira de Notícias (RNA) sobre a situação comunicacional-ambiental em quatro estados amazônicos (Amazonas, Roraima, Maranhão, Pará), a maioria das emissoras que transmitem nesses territórios são privadas, vinculadas a políticos ou igrejas. Com base nas respostas dadas por cerca de 200 pessoas inquiridas, é evidente que existe uma percepção de que os políticos influenciam as estações de rádio; que a programação dá muito pouco espaço às questões ambientais locais; e que as rádios comunitárias são praticamente desconhecidas.



Na Colômbia, as emissoras de rádio presentes na Amazônia fazem parte de redes de rádio privadas; bem do sistema público de radiodifusão do Estado; ou a rede de postos do Exército Nacional; e alguns poucos são baseados na comunidade. A estação do Exército Nacional responde a uma estratégia informativa que foi implementada em todo o país, e particularmente em áreas com presença de grupos guerrilheiros ou de tráfico de drogas, como é o caso da Amazônia.

No Equador, a rádio comunitária teve um desenvolvimento importante, em parte devido ao impulso dado pelo governo durante a segunda década deste século, e em parte devido ao esforço que os Povos e Nacionalidades indígenas têm dedicado a ela. Sua audiência é comparável à das rádios privadas das capitais provinciais da Amazônia equatoriana, segundo estudo realizado pela Coordenadora de Mídias Comunitárias Populares e Educacionais do Equador (CORAPE). De fato, as rádios étnicas, integrantes da Rede Intercultural de Rádios Amazônicas (RIAR), realizam um trabalho colaborativo que visa fortalecer as comunidades indígenas, sua cultura e perspectiva, para que possam participar dos processos de desenvolvimento local e regional. Essa rede realiza um trabalho muito valorizado pelas comunidades indígenas, que preferem acessar informações por meio de meios comunitários que utilizam línguas nativas e produzem conteúdos que refletem o contexto de suas localidades. Porém, se considerarmos o espectro radioelétrico da região, o espanhol é a língua predominante na mídia na Amazônia equatoriana.

O CORAPE realizou um exercício com a metodologia de grupo focal, que permitiu identificar os cinco principais desafios do direito à comunicação e ao acesso à informação na Amazônia, comuns também na Colômbia e no Brasil: Transmissão em línguas nativas; utilização de novas tecnologias de comunicação; ameaças de grupos com interesses políticos e económicos; participação das mulheres; e sustentabilidade financeira.

A partir de pesquisas realizadas no Equador, Colômbia e Brasil, conclui-se que o rádio é o principal meio de comunicação nas áreas rurais da região amazônica e que transmite pouca informação oportuna e confiável sobre questões ambientais locais e regionais porque a programação é influenciada pelos interesses políticos e económicos dos seus proprietários ou financiadores. Desta forma, a rádio comunitária é o chamado para transmitir informações ambientais locais e dar voz aos atores *in situ*.



Considerando a enorme e valiosa sabedoria das diferentes etnias amazônicas sobre o cuidado com o meio ambiente e a produção sustentável, temas pouco divulgados na mídia, colocar esses temas na agenda midiática seria a maior contribuição das rádios comunitárias para a adaptação à crise climática.

Da mesma forma, o advento da Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas COP 30, em Belém do Pará, é uma oportunidade para que as rádios comunitárias ampliem as propostas das diferentes comunidades tradicionais, indígenas e afrodescendentes em torno dos temas que serão discutidos em COP 30. Isto requer o fortalecimento das estações de rádio existentes, tanto nas suas capacidades de desenvolver o jornalismo ambiental como de gerir recursos que lhes permitam realizar o seu trabalho jornalístico de forma profissional. Desta forma, espera-se que as comunidades possam participar mais ativamente na política ambiental e, particularmente, influenciar as propostas que os seus governos apresentarão nas reuniões internacionais, como a COP30 e a COP16.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alianza Colombia TFA. (2021). *Cero deforestación en Colombia: ABC de las cadenas cero deforestación de palma, cacao, carne y leche en Colombia*. Bogotá https://www.tropicalforestalliance.org/assets/Uploads/ABC-Cadenas-0-deforestacion-Col_FINAL.pdf
- Alianza de Organizaciones por los Derechos Humanos. *Situación de personas defensoras de Derechos Humanos, colectivos y de la naturaleza en Ecuador: Retos y desafíos en la construcción de sistemas integrales y diferenciados para su protección*. Quito. 2021.
- Amigos da Terra *Desmatamento na Amazônia*. <https://amazonia.org.br/#welcome>
- Amnesty International: Submission to the 41st session of the UPR Working Group, November 2022. Retrieved from <https://www.amnesty.org/en/documents/amr28/5384/2022/en/> y <https://www.amnesty.org/en/documents/amr19/5432/2022/en/>
- Amnesty International <https://www.amnesty.org/en/latest/news/2022/05/ecuador-authorities-companies-threaten-amazon-indigenous-peoples/>
- Arvor, D., Daugeard, M., Tritsch, I., De Mello-Thery, N. A., Thery, H., & Dubreuil, V. (2018). Combining socioeconomic development with environmental governance in the Brazilian Amazon: The Mato Grosso agricultural frontier at a tipping point. *Environment, development and sustainability*, 20, 1-22.
- Asociación para el Progreso de las Comunicaciones, APC. *Desarrollo de Redes Comunitarias Autónomas en el Amazonas brasileño*. <https://www.apc.org/es/news/desarrollo-de-redes-comunitarias-autonomas-en-el-amazonas-brasileno> viewed on May 3, 2024.
- CEPAL (2013) *Amazonia y posible sostenible* Patrimonio Natural. https://www.cepal.org/sites/default/files/news/files/amazonia_posible_y_sostenible.pdf
- Climate Network *Loss and Damage Finance Facility-Why and How*. <https://climatenetwork.org/resource/ldff-paper/>
- Constitution of the Republic of Ecuador. (April 3, 2024). Retrieved from the Ministry of Education: https://www.defensa.gob.ec/wp-content/uploads/downloads/2021/02/Constitucion-de-la-Republica-del-Ecuador_act_ene-2021.pdf



- Corporación para el Desarrollo Sostenible del Sur de la Amazonia. <https://www.corpoamazonia.gov.co/index.php/noticias/1172-germino-la-red-amazonica-de-periodismo-comunitario> viewed on May 5, 2024.
- Constitutional Court of Colombia. *Decision T-123 of 2024*. https://www.corteconstitucional.gov.co/relatoria/2024/T-123-24.htm#_Toc162878408
- Coryat, Diana M. *Extractivismo y resistencia: Medios de comunicación, protesta y poder en Ecuador*. Tesis doctoral. Universidad de Massachusetts Amherst. 2017.
- CNN <https://edition.cnn.com/2021/11/01/world/cop26-climate-deforestation-deal-intl/index.html>
- CNN <https://edition.cnn.com/2022/06/02/americas/brazil-bolsonaro-environment-intl-cmd-latam/index.html>
- Diario de Los Andes. <https://www.diariolosandes.com.ec/lasso-quiere-crear-en-la-amazonia-el-bio-corredor-mas-grande-de-america-latina/>
- DW Akademie. Amazonia. *El desafío de comunicar la diversidad*. 2020 <https://www.dw.com/es/amazonia-el-desaf%C3%ADo-de-comunicar-la-diversidad-los-casos-de-colombia-ecuador-y-per%C3%BA/a-54899438>
- El Espectador. *Las lenguas indígenas son fuente de conocimiento ambiental ¿por qué?* <https://www.elespectador.com/ambiente/amazonas/las-lenguas-indigenas-son-fuentes-de-conocimiento-ambiental-por-que/> viewed on April 28, 2024.
- El Espectador. (Viewed on April 7, 2024). <https://www.elespectador.com/colombia/mas-regiones/amazonas-guainia-y-vaupes-invierten-presupuesto-en-pagos-por-servicios-ambientales-noticias-hoy/>
- El Espectador. *Las rutas del oro sucio de la Amazonia*. <https://www.elespectador.com/investigacion/las-rutas-del-oro-sucio-asi-avanza-la-mineria-ilegal-de-oro-en-la-amazonia-oro-colombiano/>
- El País. Spain. Viewed on May 4, 2024.
- <https://elpais.com/america-futura/2023-09-12/colombia-es-el-mayor-cementerio-mundial-de-defensores-de-la-tierra.html>
- Federación de Medios Comunitarios de Colombia, Fedemedios. <https://fedemedios.co/>
- Global Witness. *Una década de Resistencia*. (2022) <https://www.globalwitness.org/es/decade-defiance-es/#accounting-over-half-2021-attacks-mexico-colombia-and-brazil-es>



- GreenPeace. <https://www.greenpeace.org/colombia/blog/issues/climayenergia/7-nuevas-victorias-ambientales-para-las-personas-y-el-planeta/> viewed on May 10, 2024.
- Globo. *Em 9 comunidades Yanomami, 94% dos indígenas têm alto nível de contaminação por mercúrio* <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2024/04/04/em-9-comunidades-yanomami-94percent-dos-indigenas-tem-alto-nivel-de-contaminacao-por-mercuro.ghml> viewed on April 27, 2024.
- Hosen, Nadzirah, Hitoshi Nakamura y Amran Hamzah. *Adaptación al cambio climático: ¿El conocimiento ecológico tradicional tiene la clave?* -Sostenibilidad 12.2 (2020): 676. Crossref. Web.
- IMAZON. *Desmatamento de terras indígenas da Amazônia o menor em seis anos*. <https://imazon.org.br/imprensa/desmatamento-em-terras-indigenas-da-amazonia-e-o-menor-em-seis-anos/> viewed on April 26, 2024.
- Índice de Progreso Social de Brasil (2014). Retrieved from <https://imazon.org.br/indice-de-progreso-social-en-la-amazonia-brasilena-ips-amazonia-2014-resumen-ejecutivo-esp/>
- InfoAmazonia. *Deforestación de la Amazonía, pasado, presente y futuro*. <https://infoamazonia.org/es/2023/03/21/deforestacion-en-la-amazonia-pasado-presente-y-futuro/>
- Instituto Amazónico de Investigaciones Científicas, Sinchi. *La Amazonia colombiana: poblada y urbanizada*. <https://sinchi.org.co/la-amazonia-colombiana-poblada-y-urbanizada>
- Instituto Amazónico de Investigaciones Científicas, Sinchi, SIAT-AC. *Atlas de Conflictos Socioambientales de la Amazonía colombiana*. <https://siatac.co/atlas-conflictos-socioambientales/>
- IPCC. Cambio climático 2021: The Physical Science Basis. Contribución del Grupo de Trabajo I al Sexto Informe de Evaluación del Grupo Intergubernamental de Expertos sobre el Cambio Climático [Masson-Delmotte, V., P. Zhai, A. Pirani, S. L. Connors, C. Péan, S. Berger, N. Caud, Y. Chen, L. Goldfarb, M. I. Gomis, M. Huang, K. Leitzell, E. Lonnoy, J. B. R. Matthews, T. K. Maycock, T. Waterfield, O. Yelekçi, R. Yu y B. Zhou (eds.)]. Cambridge University Press, 2021.
- IPCC. (2007). AR4 Cambio climático 2007: Impactos, adaptación y vulnerabilidad. Contribución del Grupo de Trabajo II al Cuarto Informe de Evaluación del Grupo Intergubernamental de Expertos sobre el Cambio Climático M.L. Parry, O.F. Canziani, J.P. Palutikof, P.J. van der Linden y C.E. Hanson (eds) Cambridge University Press, Cambridge, Reino Unido y Nueva York, NY, USA.



- Kidd, D. (2020). *El extractivismo norteamericano y las prácticas comunicativas indígenas*. Mediaciones, 25 (16).
- Lee, Philip y Vargas, Lorenzo, Eds. (to be released in 2022). *Communicating Climate Justice*. Centre for Communication Rights & Southbound Publications, Penang, Indonesia.
- Lee, Philip y Lorenzo Vargas. *Expanding Shrinking Communication Spaces*. Centre for Communication Rights/ South Bound Publications, 2020.
- Meynen, Nick. *Frontlines: Historias de Justicia Ambiental Global*. Zero Books, 2020.
- Ministry of Environment and Sustainable Development of Colombia.
- La deforestación baja en 2023 y en 2024 enfrenta amenazas - Ministry of Environment and Sustainable Development (minambiente.gov.co) viewed on April 25, 2024.
- Ministry of Environment and Sustainable Development of Colombia. <https://www.minambiente.gov.co/negocios-verdes/programa-nacional-de-pagos-por-servicios-ambientales/> viewed on April 26, 2024.
- Ministry of Environment and Sustainable Development of Colombia <https://www.minambiente.gov.co/colombia-presenta-al-mundo-la-imagen-de-la-cop16-paz-con-la-naturaleza/#:~:text=Bajo%20el%20tema%20de%20Paz,Convenci%C3%B3n%20sobre%20la%20Diversidad%20Biol%C3%B3gica>. Viewed on April 27, 2024.
- Mongabay <https://es.mongabay.com/2022/04/asamblea-dio-amnistia-a-268-defensores-pero-la-criminalizacion-persiste-en-ecuador/>
- Mongabay <https://news.mongabay.com/2022/05/a-look-at-violence-and-conflict-over-indigenous-lands-in-nine-latin-american-countries/>
- Mongabay <https://news.mongabay.com/2022/05/government-inaction-sees-98-of-deforestation-alerts-go-unpunished-in-brazil/>
- Observatorio Amazonia fcds.org.co
- Oller-Arlandis, Vanessa y Sanz-Valero, Javier. *Cáncer por contaminación química del agua de consumo humano en menores de 19 años: una revisión sistemática*. Retrieved from *es (scielosp.org) Rev Panam Salud Publica* 32(6), 2012.
- Palma, Karla, y Camila Alcaíno. (2020). *Minando los medios de comunicación:*



Cómo la radio comunitaria irrumpe en las articulaciones discursivas extractivistas en un contexto de desastres y conflictos socioambientales. Comunicación Ambiental, vol. 14, no. 6.

- Presidency of the United States of America <https://www.whitehouse.gov/briefing-room/press-briefings/2022/06/08/background-press-call-previewing-the-summit-of-the-americas-climate-deliverables/>
- Rainforest Alliance. *¿Cuál es la relación entre la deforestación y el cambio climático?* <https://www.rainforest-alliance.org/es/perspectivas/cual-es-la-relacion-entre-la-deforestacion-y-el-cambio-climatico/> viewed on April 29, 2024.
- Roosvall, Anna, y Matthew Tegelberg. *Medios de comunicación y justicia climática transnacional*. Berna, Suiza, Peter Lang, 2018.
- Segall, D. (2021) *El poder del sonido: la radio comunitaria como herramienta de activismo socio-ambiental en la Patagonia argentina*. *Revista de Estudios y Ciencias Ambientales* 11.
- Serafini, Paula. (2019) *"La radio comunitaria como espacio de cuidado: Una perspectiva ecofeminista de la producción mediática en los conflictos ambientales"*. *Revista Internacional de Comunicación*, vol.13.
- Sistema de Información Ambiental Territorial de la Amazonia Colombiana, SIAT-AC <https://siatac.co/la-amazonia-colombiana/> viewed on May 2, 2024.
- Sistema de Medios Públicos RTVC. *Emisoras de Paz, superando el conflicto a través de la radio*. <https://www.rtv.gov.co/noticia/emisoras-de-paz-superando-el-conflicto-traves-de-la-radio> viewed on May 7, 2024.
- Steinbrenner, R. A. (2017). *Mapeamento de Rádios Comunitárias na Amazônia como ferramenta ao desenvolvimento sustentável*. *Logos*, 24(1).
- Tierra de Resistentes-Consejo de Redacción. *Guaviare: Proteger la tierra con la Vida*. <https://tierraderesistentes.com/es/2020/04/22/guaviare-proteger-la-selva-con-la-vida/> viewed on April 30, 2024.
- Tierra de Resistentes-Consejo de Redacción. *La defensa del agua les está costando la vida a los campesinos del Putumayo*.
- <https://tierraderesistentes.com/es/2020/04/22/la-defensa-del-agua-les-esta-costando-la-vida-a-los-campesinos-de-putumayo/> viewed on April 30, 2024.
- Tierra de Resistentes-Consejo de Redacción. *Sitiados por el progreso*. <https://tierraderesistentes.com/es/2019/04/23/sitiados-por-el-progreso/> viewed on



April 24, 2024.

- Tierra de Resistentes-Consejo de Redacción. *El cercado indígena*. <https://tierraderesistentes.com/es/2019/04/23/el-cercado-indigena/> viewed on April 25, 2024.
- Rainforest Foundation Norway. *RFN analysis of the Global Forest Watch 2023 report*.
- <https://www.regnskog.no/en/news/increased-global-deforestation-despite-decline-in-tropical-primary-forest-loss> viewed on April 19, 2024.
- Rodríguez, Gloria Amparo. *El Acuerdo de Escazú como instrumento para fortalecer la democracia ambiental en Colombia*. <https://foronacionalambiental.org.co/libro-acuerdo-escazu-grodriguez-2024/>
- Sandoval, Luis Eduardo, Marín Margarita, Almanza Ana María. *Explotación de Recursos Naturales y Conflicto en Colombia*. 2017. <https://revistas.uexnado.edu.co/index.php/ecoins/article/view/5083/6616#info>
- Schlosberg, David. *Justicia climática y capacidades: Un marco para la política de adaptación*. Ethics & International Affairs, vol. 26, no. 4, 2012, pp. 445-61.
- WACC. *6to Proyecto de Monitoreo Global de Medios GMPP. 2020*. https://whomakesthenews.org/wp-content/uploads/2021/08/GMPP-2020.Highlights.spa_.FINAL_.pdf
- Wallace-Wells, David. *La Tierra inhabitable: La vida después del calentamiento*. Reimpresión, Tim Duggan Books, 2020
- WWF. (April 3, 2024). *Análisis de Estudios de Impacto Ambiental, Participación Ciudadana y Consulta Previa en Ecuador*. Retrieved from <https://www.wwf.org.ec/?uNewsID=382310>

Videos

- RTVC. “*Respira Amazonia*.” watched on April 22, 2024.
- https://www.youtube.com/watch?v=2rnuasIMccU&list=PLSL_uIo4Rg0TrVHEOkdIV5QFTOoSm6ECD&index=14
- DW-Documentales “*Ríos Voladores, las aguas de la Amazonia*”. https://www.youtube.com/watch?v=M8q3O3eHD_c&t=1s watched on April 22, 2024.

As vozes, conhecimentos e ideias das pessoas mais afectados pelos efeitos das alterações climáticas, tais como os pobres urbanos, agricultores familiares, indígenas comunidades e mulheres vulneráveis no mundo Sul, raramente são ouvidos na mídia

